

## A CANDIDATURA DO CAMARADA OCTÁVIO PATO ÀS ELEIÇÕES PARA A PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

- Porquê e para quê um candidato comunista?
- Qual a posição do PCP face às outras candidaturas?
- Que pretendem as forças de direita ao apoiarem o general Ramalho Eanes e os grupos esquerdistas ao apoiarem o major Oteló?
- Corre o PCP o risco de ficar isolado?
- Porque é que a candidatura do camarada Octávio Pato é um decisivo contributo para a defesa e consolidação da democracia em Portugal?

No importante discurso que pronunciou no grande comício do Campo Pequeno e que publicamos na íntegra nas págs. 4 e 5, o camarada Álvaro Cunhal analisa profundamente todas as questões relacionadas com a campanha eleitoral para a Presidência da República. A sua leitura é fundamental para a correcta compreensão da actual situação e das posições do PCP.



Álvaro Cunhal no grande comício do Campo Pequeno

### POR UM GRANDE MOVIMENTO DE OPINIÃO EM TORNO DA CANDIDATURA COMUNISTA

Os comícios já realizados de apoio à candidatura do camarada Octávio Pato, o acolhimento entusiástico dos trabalhadores da margem Sul durante as visitas efectuadas na passada segunda-feira, as numerosas manifestações de adesão ao candidato apoiado pelo PCP constituem o início de um amplo movimento de opinião que é necessário ampliar e fortalecer. — Pág. 2



Octávio Pato recebido pelos operários da CUF

### Editorial

## UMA CANDIDATURA AO SERVIÇO DE UMA POLÍTICA DE PRINCÍPIOS

No processo complexo da revolução portuguesa, o partido do proletariado português — o PCP — tem-se guiado por uma rigorosa política independente, de classe, que está na base da sua profunda inserção nos problemas e na luta da classe operária e do Povo.

A prática da vida e da luta no decurso destes dois anos de revolução mostra que uma rigorosa política de princípios não se opõe, é antes indispensável, a uma larga aglutinação de esforços e vontades de todos os que realmente se empenham na defesa das liberdades democráticas e das conquistas essenciais da revolução.

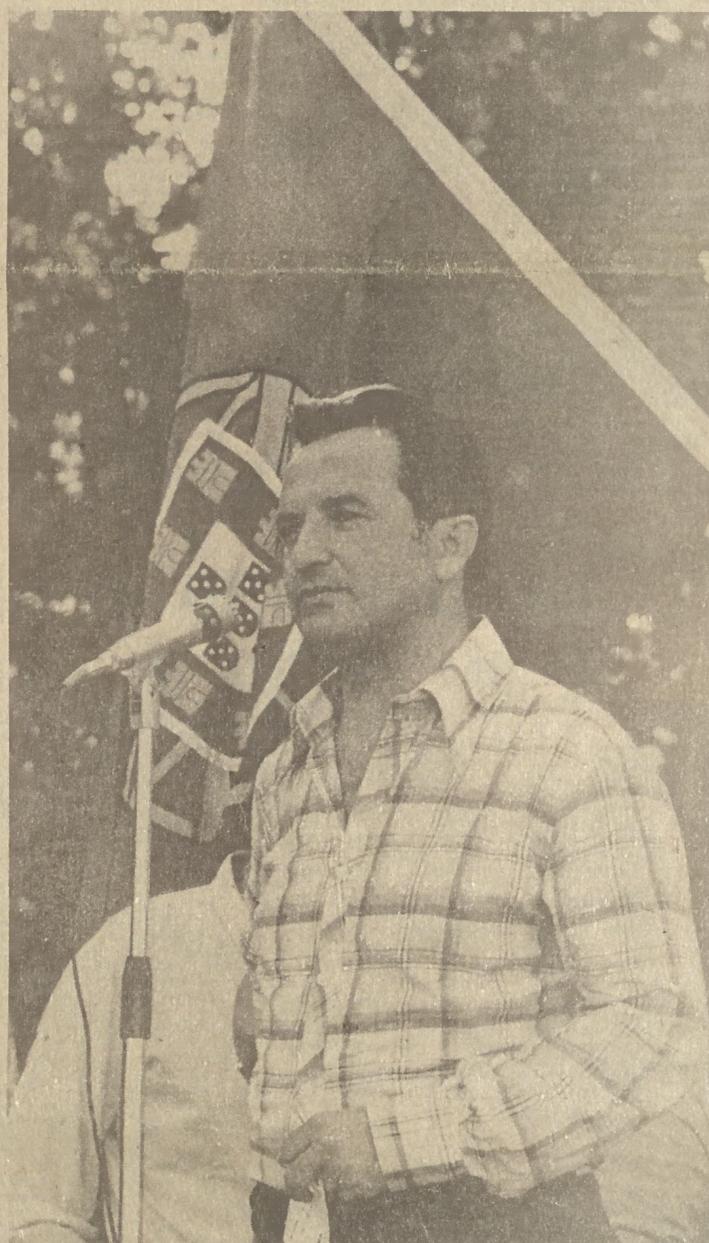
A apresentação de uma candidatura comunista independente às eleições para a Presidência da República — a do camarada Octávio Pato — integra-se nesta política de princípios.

Desde o início o PCP considerou as eleições presidenciais como uma importante batalha política pela institucionalização democrática do Estado Português.

(Continua na pág. 2)



Durante a campanha eleitoral para a Presidência da República, "Avante!" publicará em suplemento um jornal de parede que está à distribuição nos Centros de Trabalho do PCP. Afixado nas fábricas, nos escritórios, nas escolas, nas herdades, nas ruas, nas estações de caminho-de-ferro e de autocarros, em todos os locais onde possa ser lido pelo povo, o nosso "Avante!" de parede será, nas mãos dos militantes do PCP, mais uma arma para que se alargue e fortaleça o apoio à candidatura do camarada Octávio Pato! Avante, camaradas!



### REFORÇAR A UNIDADE DEFENDER A DEMOCRACIA

A declaração sobre a sua candidatura apresentada pelo camarada Octávio Pato em conferência de Imprensa define os objectivos de uma candidatura ao serviço da unidade da classe operária, das classes trabalhadoras e de todas as forças progressistas ao serviço da defesa das conquistas da Revolução. — Pág. 2

# COM O PCP, PELA DEMOCRACIA E PELO SOCIALISMO

# APOIO POPULAR A OCTÁVIO PATO

### Entusiasmo e alegria têm caracterizado as visitas que o camarada Octávio Pato tem feito nos últimos dias, pois o povo trabalhador reconhece que só uma grande votação no candidato comunista tornará possível concretizar a política de esquerda que defenda as conquistas da Revolução



As visitas que o camarada Octávio Pato, membro do Secretariado e da Comissão Política do CC do PCP, efectuou a algumas localidades nos arredores de Lisboa e à fábrica da CUF depois de ter sido designado pelo Partido Comunista Português como candidato à Presidência da República têm registado acolhimento caloroso por parte da classe trabalhadora e da população em geral.

Como nas últimas eleições, a classe operária e todos os trabalhadores estão convictos que só uma grande votação no candidato comunista tornará possível concretizar na prática uma política de esquerda que defenda as conquistas fundamentais da Revolução.

Numa sessão de esclarecimento que se realizou no passado dia 26, em Vila Franca de Xira e na qual esteve presente o camarada Octávio Pato, este afirmou:

«Ao vir pela primeira vez a Vila Franca, depois de ter sido designado como candidato à Presidência da República, é com grande emoção que aqui me encontro. Foi aqui que nasci e me fiz homem, foi aqui que iniciei a minha aprendizagem política.

«Foi em contacto com este povo que, nas margens do Tejo, me tornei revolucionário, me tornei um lutador por um Portugal livre e democrático, rumo ao socialismo. As razões de ser da minha vida foram sempre contribuir para o derrube do fascismo e para a construção da democracia. Estive sempre ao lado da classe operária na luta pelos seus interesses e aspirações mais profundas.»

Quando o camarada Octávio Pato chegou ao Cine-Teatro de Vila Franca, onde decorria a

sessão de esclarecimento, acompanhado do camarada Dias Lourenço, membro da Comissão Política do Comité Central, recebeu com emoção o abraço da sua mãe, convidada para a mesa que presidiu a sessão.

Falando de improviso, o candidato do PCP salientou que «a apresentação da candidatura de um membro do Partido Comunista tem por objectivo contribuir para o reforço da unidade de todas as forças democráticas e progressistas.»

Aludindo ainda aos objectivos da candidatura, em que a sua presença nas eleições presidenciais se destina também a assegurar a defesa da Constituição, Octávio Pato acrescentou:

«Estamos certos de que em torno desta candidatura se unirão muitos homens e mulheres, não apenas comunistas, mas todos aqueles que querem um Portugal democrático, rumo ao socialismo.»

Referindo-se depois à maioria de esquerda, para cuja materialização o PCP continua a contribuir, Octávio Pato observou:

«Prendemos transformar a maioria aritmética das forças de esquerda que já existe dentro da Assembleia da República numa maioria real de esquerda, pois só assim se poderá garantir a satisfação dos interesses e aspirações das massas trabalhadoras.»

Entretanto, no sábado passado, o candidato comunista às eleições presidenciais deu uma Conferência de Imprensa no Centro de Trabalho do PCP na Avenida da Liberdade onde, depois de ter lido a sua declaração eleitoral, que publicamos, na

integram, noutra local, respondeu às perguntas dos jornalistas presentes, as quais versaram essencialmente sobre as razões da sua candidatura.

#### EM BENAVENTE

«A minha candidatura tem em vista procurar unir todos os portugueses que estejam interessados na consolidação da democracia» — acentuou o camarada Octávio Pato no decorrer de um comício que se realizou na tarde de domingo em Benavente.

No comício, que culminou com os festejos da Primavera promovidos pela organização local do PCP, usaram da palavra o camarada Carlos Brito, membro da Comissão Política do Comité Central do PCP e Severiano Falcão, deputado à Assembleia da República.

Comçando por destacar que o PCP foi o partido mais votado naquele concelho, o camarada Carlos Brito, salientou a importância das próximas eleições presidenciais, alertando para o perigo da direita reacção, que pretende recuperar nestas eleições o que perdeu nas anteriores e também o perigo do esquerdismo, força de divisão das classes trabalhadoras.

Também o camarada Octávio Pato destacou a grande votação no Partido Comunista que se registou no concelho de Benavente, salientando:

«Mas o povo do Ribatejo e o povo de Benavente não votou apenas no Partido Comunista Português. Votou noutros partidos, votou numa determinação política, votou pela formação de uma maioria de esquerda. É esse o

significado da votação do povo do Ribatejo.

«A esmagadora maioria de votos do povo ribatejano foram para o Partido Comunista e para o Partido Socialista. E fizeram-no, estou certo, confiantes de que se realizaria uma política de esquerda.»

Na sequência da sua intervenção, entusiasticamente sublinhada pela população de Benavente que enchia o largo do corral do jardim «25 de Abril», o camarada Octávio Pato referiu-se detalhadamente à sua candidatura salientando que «está dentro dos nossos objectivos e do nosso pensamento tudo fazer para corresponder não apenas aos interesses e ao pensamento dos comunistas mas que, dentro de toda a nossa actividade, possamos expressar os interesses e as aspirações de toda a classe operária, de todos os trabalhadores, de todo o povo português, de todos os homens e mulheres sejam ou não comunistas.»

#### VISITA À CUF E AO BARREIRO

Nas instalações da CUF, onde se delocou na tarde de segunda-feira, o camarada Octávio Pato foi vibrantemente saudado pelos trabalhadores que por momentos largaram os seus afazeres para trocar um abraço amigo com o candidato comunista.

Manifestando o seu apoio ao candidato comunista, que era acompanhado pelo camarada Jaime Serra, membro da Comissão Política do Comité Central, pelas deputadas Hermenegilda Pereira e Ercília

Talhadas e pelo governador civil do distrito de Setúbal, Helder Madeira, os trabalhadores das diferentes secções visitadas por Octávio Pato não deixaram de expressar o seu entusiasmo, e nalguns casos o grito espontâneo de «PCP» abafou o ruído das máquinas que entretanto continuavam o seu trabalho.

Num estrado de uma camioneta que os trabalhadores improvisaram como palanque Octávio Pato dirigiu algumas palavras aos trabalhadores presentes salientando a dada altura que aquela empresa, «outra, esteve exclusivamente ao serviço dos monopólios, mas hoje todos devem trabalhar para que ela esteja ao serviço do povo português.»

Dirigindo-se depois para o Parque Catarina Eufémia, no centro da vila do Barreiro, o candidato do PCP participou num breve comício com a presença de grande multidão, abordando aspectos concretos da sua candidatura.

#### DO LAVRADIO À COVA DA PIEDADE

Durante o resto da tarde o camarada Octávio Pato, acompanhado por uma extensa

caravana, dirigiu-se ao Lavradio, Baixa da Banheira, Quinta da Lomba e Santo António, localidades próximas do Barreiro, culminando a sua digressão com um comício na Cova da Piedade.

Participando em breves comícios o candidato comunista foi calorosamente saudado pelas populações que acorreram para assim manifestarem o seu apoio à candidatura apresentada pelo PCP. Em todos estes locais sucediam-se os abraços, trocava-se uma palavra, em resumo a classe operária confraternizava com o seu candidato.

À noite, milhares de pessoas encheram por completo o ginásio da Sociedade Filarmónica União Artística Piedense e no final do comício uma grande manifestação percorreu as ruas de Almada até ao Centro de Trabalho do Partido Comunista.

Promovido pela Comissão Concelhia de Almada do PCP o comício foi presidido pelo camarada Jaime Serra, que na sua intervenção alertou as massas trabalhadoras para a actividade de alguns partidos que, dizendo-se defensores dos interesses das classes trabalhadoras, mais não fazem do que dividir e sabotar a luta do povo português.

Na sua intervenção o camarada Octávio Pato frisou que «só um

governo de esquerda pode merecer a confiança do povo trabalhador e, muito particularmente, da classe operária». E acrescentou:

«Não há possibilidades, ao contrário do que fazem certos dirigentes do Partido Socialista, de se formar um governo estável só com socialistas. Um governo que não tenha a participação de representantes da classe operária, que não tenha a representação do partido dos trabalhadores, não será capaz de incluir a necessária confiança às classes e trabalhadores, ao povo trabalhador em geral. Esse governo não pode de maneira nenhuma imprimir uma política que corresponda aos interesses da nação portuguesa e muito particularmente aos interesses dos trabalhadores.»

«Para que seja criado um governo que mereça a confiança de todos os trabalhadores e de todo o povo português é necessário que esse governo seja formado por socialistas, por comunistas, por militares e outros homens independentes, todos eles irmanados num pensamento comum: consolidar a nossa democracia, salvaguardar as conquistas fundamentais da nossa Revolução, defender e aplicar a Constituição, que é uma Constituição democrática e progressista, que é uma

Constituição onde estão consagradas as conquistas fundamentais da Revolução, designadamente as nacionalizações, o controlo operário e as mais amplas liberdades democráticas.

«Portanto, este governo para inspirar a necessária confiança não pode ser constituído se não tiver a participação do Partido Comunista que é o partido dos trabalhadores.»

Entretanto, continuam a chegar diariamente dezenas e dezenas de mensagens de saudação ao Comité Central do Partido Comunista Português manifestando inequívoco apoio e alegria pela decisão de apresentar a candidatura do camarada Octávio Pato às eleições para a Presidência da República.

Ao contrário do que desesperadamente desejam as forças da direita reacção bem acompanhadas por grupelhos esquerdistas, a apresentação da candidatura comunista, a campanha que se avizinha e o movimento de massas que se está a gerar em torno da candidatura apresentada pelo PCP, tornarão mais sólidas as fileiras do Partido e alargarão ainda mais a sua influência no seio das massas populares.

## Editorial

# UMA CANDIDATURA AO SERVIÇO DE UMA POLÍTICA DE PRINCÍPIOS

(Continuação da pág. 1)

Perante a situação confusa criada pela apresentação de candidatos militares desempenhando altas funções — uma situação susceptível de criar novos focos de tensão e divisão entre as forças democráticas, assim como entre estas e as Forças Armadas e até no próprio seio destas últimas — tornou-se imperioso para o PCP definir e levar à prática uma política activa capaz de contrariar efeitos que só serviriam os interesses e objectivos das forças reacçãoárias.

A apresentação de uma candidatura independente dos comunistas portugueses não obedeceu portanto e apenas à necessidade de marcar uma clara posição política numa conjuntura confusa e perigosa mas à de trabalhar activamente pela realização de objectivos políticos fundamentais.

Constituem objectivos da candidatura comunista:

- Contribuir de forma positiva e construtiva para a consolidação, a estabilidade e o prosseguimento do processo democrático;
- Contribuir para a unidade das Forças Armadas na base dos princípios libertadores do 25 de Abril e da aplicação e defesa da Constituição;
- Contribuir para a continuação da aliança das Forças Armadas com o Povo.

Esta política activa está a encontrar a crescente compreensão e concordância das massas populares. Uma questão começa a ficar clara para todos: a candidatura de Octávio Pato não se apresenta em oposição às dos militares do Conselho da Revolução mas combate e combaterá sem tréguas as tentativas e manobras da direita reacçãoária para se colar oportunisticamente a candidatos que não são os seus e a quem pretendem pôr ao serviço dos interesses políticos e de classe que representam.

Os partidos da direita reacçãoária — PPD e CDS — com os seus apêndices da ultra-esquerda — AOC/PC de P (ml), MRP e C\* — têm objectivos que só os cegos não vêm e certos dirigentes do PS não querem ver.

Através das suas descaradas tentativas de colagem a candidatura de Ramalho Eanes e dos salamaleques com o PS os partidos da direita reacçãoária querem apossar-se das alavancas do Poder, querem dominar o aparelho de Estado e pô-lo abertamente ao serviço da recuperação capitalista, dos monopólios e latifúndios de que são lídidos representantes e, dessa maneira, abrirem rapidamente a sepultura da revolução.

As declarações programáticas eleitorais do general Ramalho Eanes devem ter provocado não pouca desorientação nos arrais da reacção. Impõe-se que o próprio PS demarque de maneira inequívoca as suas posições em relação aos partidos da direita reacçãoária.

Não é com afirmações anticomunistas como as que se ouviram no comício de sexta-feira do PS — que provocaram a indignação de muitos socialistas que a ele assistiram — que essa demarcação é possível. As posições anticomunistas dos Salgado Zenha, Sotomaior Cardia e outros inveterados direitistas contribuíram numa larguíssima medida para a grande perda de votos do PS nas eleições para a Assembleia da República. Persistir em tais métodos é não só acentuar a quebra de influência do PS e debilitar a sua base de massas

como comprometer perigosamente as causas a que se associa por mais mérito que tenham.

O PS ou se afirma nos actos e não em palavras, como um grande partido de esquerda, para uma política política de esquerda só possível com o PCP, ou cairá irremediavelmente no lodçal do oportunismo e se transformará num partido burguês sem qualquer projecção séria nas classes trabalhadoras.

Se à direita as forças reacçãoárias se procuram colar a um candidato com muitas possibilidades de vencer as eleições, na ultra-esquerda, em torno do major Otelo Saraiva de Carvalho, certos agrupamentos procuram aproveitar-se do nome de Otelo para apagar uma triste expressão de força que tiveram nas últimas eleições para a Assembleia da República.

O major Otelo Saraiva de Carvalho foi um militar valeroso do 25 de Abril mas as suas consequências políticas, que muito prejudicaram a revolução, roubam-lhe hoje condições políticas para reunir à sua volta as forças mais representativas da democracia portuguesa em primeiro lugar das forças de esquerda.

A sua candidatura não pode deixar por isso de assumir um carácter divisionista, de exercer uma acção nefasta no conjunto das forças democráticas.

É natural que o prestígio mal esclarecido de Otelo Saraiva de Carvalho dê às forças esquerdistas que lançaram a sua candidatura uma aparência de força que não têm. Deve separar-se o trigo do joio e não confundir pessoas de boa fé com os oportunistas de esquerda que rodeiam Otelo e o querem pôr a reboque dos seus objectivos divisionistas.

De qualquer forma tais pequenos grupos preparam-se para prestar um mau serviço à Otelo, um mau serviço que desejáramos ver poupado ao militar do 25 de Abril.

A candidatura de Octávio Pato justifica-se cada vez mais. A candidatura independente do PCP contraria a formação de uma frente de direita em torno dos candidatos militares que desempenham altas funções. Não é um factor de radicalização de direita nas posições dos referidos candidatos, como alguns pretendem, mas exactamente um factor favorável à formação de uma maioria política de esquerda e de um governo de esquerda com o PCP como tal a vontade expressa do povo português nas últimas eleições.

Porém, a candidatura do camarada Octávio Pato não é uma simples justificação de uma política — a política de defesa das liberdades, das nacionalizações, da Reforma Agrária, do controlo operário, de defesa e aplicação da Constituição — mas é exactamente a afirmação categórica dessa política.

O camarada Octávio Pato apresenta-se nas eleições presidenciais para disputar com o voto maciço de todos os comunistas e de todos os portugueses democratas e de esquerda, dos homens, mulheres e jovens que querem salvaguardar as conquistas fundamentais da revolução.

«Voto útil» no PCP que tornou possível a eleição de uma maioria de esquerda, ainda aritmética, para a Assembleia da República, continuará ainda a ser útil para impedir a formação de uma maioria de direita em torno de um candidato militar que confessionalmente o não desejaria.

# PELA DEMOCRACIA E PELO SOCIALISMO

## Texto da declaração de Octávio Pato, candidato comunista à Presidência da República

- A apresentação da minha candidatura, como candidato de um Partido, o Partido Comunista Português, não altera o nosso ponto de vista segundo o qual o Presidente da República não deve realizar uma política de partido, mas uma política orientada pela preocupação fundamental da defesa da democracia portuguesa e dos preceitos e princípios consignados na Constituição.
- São ainda muito vivas, activas e perigosas as forças da contra-revolução, fascistas e fascizantes, que pretendem rever a Constituição, liquidar a nossa jovem democracia e instaurar uma nova ditadura.
- Combate a essas forças, o efectivo impedimento da violação da ordem democrática, a liquidação do terrorismo, a garantia do exercício das liberdades e direitos dos cidadãos em todo o território nacional, são tarefas fundamentais do novo regime cuja execução o Presidente da República deverá assegurar através do Governo.
- Trata-se, ao fim e ao cabo, de transformar a situação democrática provisória em que temos vivido num regime democrático estável que permita resolver os grandes problemas nacionais.
- Nas recentes eleições para a Assembleia da República, o Povo português votou contra a direita reacçãoária, contra a desordem, a violência e a instabilidade. Votou por uma maioria de esquerda, pela ordem democrática.
- Dando a maioria a partidos democráticos, o Povo português criou possibilidades reais para a formação de um Governo de esquerda, o único que, pela realização de uma política correspondente aos interesses e aspirações populares poderá consolidar as suas posições e alargar a sua base de apoio.
- As liberdades não poderão ser defendidas nem a democracia consolidada, se forem postas em causa as conquistas revolucionárias alcançadas ou em curso, designadamente a Reforma Agrária, as nacionalizações e o controlo operário — reconhecidas como realidades inerentes ao novo regime democrático, consagrado na Constituição.
- Não basta, porém, declarar em termos gerais, como actualmente fazem todas as forças políticas, incluindo as mais reacçãoárias, o respeito por essas realidades inerentes ao novo regime democrático consagrado na Constituição.
- Não basta, porém, declarar em termos gerais, como actualmente fazem todas as forças políticas, incluindo as mais reacçãoárias, o respeito por essas realidades, mas impedir que, através de regulamentações ou regularizações, elas sejam postas em causa e destruídas.
- O prosseguimento do processo democrático exige a estabilização da situação económica e financeira e uma política de desenvolvimento, que permita à economia portuguesa libertar-se dos défices que actualmente a caracterizam.
- No quadro da democracia, nem a estabilidade, nem o desenvolvimento, poderão ser alcançados através da recuperação pelos grandes capitalistas e pelos grandes agrários dos privilégios que perderam com a revolução.
- Uma dinâmica de estabilização económica e de desenvolvimento fundada na perspectiva do restabelecimento do capitalismo monopolista, no agravamento da exploração dos trabalhadores e na consequente elevação dos lucros, da acumulação e dos investimentos, significaria, não apenas a liquidação das conquistas económicas e sociais alcançadas desde 25 de Abril de 1974, mas a liquidação das próprias liberdades, a liquidação da própria democracia.
- Uma tal política económica e financeira, encontrando inevitavelmente a enérgica resistência da classe operária e das massas trabalhadoras, seria inevitavelmente acompanhada do recurso à repressão, de medidas restritivas das liberdades, da actividade sindical e do direito à greve.
- A democracia portuguesa só poderá construir-se na base da defesa e consolidação das nacionalizações e do controlo operário, do prosseguimento e realização da Reforma Agrária, do prosseguimento das transformações das estruturas económicas e sociais alcançadas nos últimos dois anos.
- Admitte-se que, num vasto sector da economia, deva ser assegurada uma larga margem para a iniciativa privada. Mas, liquidado o capitalismo monopolista, o sentido geral da evolução económica e social, assim como da evolução política, deve ser no sentido do socialismo, tal como indica a Constituição.
- Nas condições existentes em Portugal, não se poderá construir uma democracia política, se não for ao mesmo tempo

construída a democracia económica e social, na base de princípios de igualdade e justiça social.

O cuidado constante dos órgãos do poder deve ser a melhora das condições de vida material e cultural dos trabalhadores.

Para tal, devem ser tomadas prioritariamente, entre outras, medidas no sentido de actualizar os salários, rendimentos e reformas que deixaram de corresponder ao custo de vida; estabelecer os preços dos géneros e artigos de primeira necessidade; liquidar o desemprego pela criação de novos postos de trabalho e de uma economia planificada, proporcionar a todos os portugueses uma assistência médica eficaz e a cada família uma habitação condigna; fazer participar os trabalhadores na gestão e controlo da Previdência; defender de forma efectiva os direitos dos jovens trabalhadores e a igualdade da mulher perante a lei; facilitar o acesso à educação aos filhos dos trabalhadores e acabar com o analfabetismo em Portugal.

6. A vida livre e democrática do Povo português e o prosseguimento das transformações económicas e sociais são inseparáveis da independência e soberania nacionais.

Tendo de ter-se em conta os condicionais internacionais, é um direito inalienável que o Povo português decida do seu próprio destino, sem ingerências externas e sem submissões económicas, políticas ou diplomáticas.

A sobrevivência, consolidação e construção da democracia portuguesa exigem que os futuros governos sigam uma política de independência nacional, determinada pelos interesses do Povo e da Nação Portuguesa.

O regime democrático exigirá uma política externa de paz e amizade com todos os povos e uma diversificação das relações internacionais que permita, a par da manutenção e reforço das relações com os países capitalistas, o desenvolvimento das relações com os países socialistas e com os países do chamado Terceiro Mundo.

No quadro das relações internacionais, particular relevo deve ser dado às relações com os novos Estados independentes de Moçambique, Angola, Guiné-Bissau, Cabo Verde e S. Tomé e Príncipe, na base da igualdade, respeito pelos interesses mútuos, respeito pela independência e não ingerência nas questões internas.

Preconceitos de natureza colonialista e neocolonialista e complicitades com o imperialismo, impedindo o reconhecimento na altura devida do Governo da República Popular de Angola, causaram prejuízos irreparáveis nas relações de Portugal com Angola e conduziram a uma deterioração progressiva dessas relações.

O futuro Presidente da República e o futuro Governo deverão ter como tarefa alcançar o estabelecimento de relações normais de Portugal com esses novos Estados e o desenvolvimento da amizade e cooperação correspondendo aos interesses dos povos.

7. É do interesse do nosso Povo e do nosso País que as eleições para a Presidência da República constituam um novo passo para a consolidação e prosseguimento da democracia, um factor, não de divisões e confrontos entre sectores e homens que estão com o processo revolucionário, mas da unidade de todas as forças interessadas em evitar o regresso ao passado fascista.

Sempre considerámos e continuamos considerando absolutamente indispensável ao processo democrático, não apenas a unidade da classe operária e do movimento sindical, das massas populares, das forças democráticas, mas também a aliança entre o Povo e as Forças Armadas e a unidade das Forças Armadas em torno do espírito libertador do 25 de Abril para a garantia da democracia e da independência nacional.

A promoção pelo PCP da candidatura de um comunista visa contribuir para essa unidade e essa aliança. Visa contribuir para que sejam respeitados os resultados das eleições para a Assembleia da República, de forma a que nesta se concretize uma maioria de esquerda servindo de base à formação de um Governo que, pela sua composição, programa político e base de apoio, possa realizar uma efectiva política de esquerda.

A campanha da minha candidatura será, por isso, animada por um espírito construtivo e unitário, pela finalidade de ser uma contribuição positiva para a solução dos problemas nacionais, para a estruturação e composição política dos órgãos do Estado, que permitam assegurar em ordem e em paz o prosseguimento do processo democrático.

# GRANDE JORNADA DE ESCLARECIMENTO

## O entusiástico comício realizado no Campo Pequeno constituiu a primeira grande manifestação pública de apoio à candidatura do camarada Octávio Pato e, simultaneamente, foi uma importante jornada de esclarecimento político acerca dos objectivos dessa candidatura

Muitos milhares de trabalhadores da região de Lisboa manifestaram, o seu apoio à candidatura comunista às eleições para a Presidência da República, enchendo por completo o vasto recinto do Campo Pequeno no passado sábado. Eram milhares de homens, mulheres e jovens que mostraram a sua firme disposição de se unirem em torno do candidato apresentado pelo nosso Partido, o camarada Octávio Pato,

contribuindo deste modo para o reforço da esquerda, para a consolidação da democracia rumo ao socialismo. A classe operária e as massas trabalhadoras de Lisboa, unindo-se em torno do seu partido revolucionário de vanguarda, deram mais uma vez firmes provas de que estão dispostas a consolidar no nosso país um regime democrático que abra ao nosso povo a perspectiva libertadora do Socialismo, desejo

inequivocamente expresso nas eleições até agora realizadas no novo Portugal democrático. A afilhada massiva ao comício de apresentação da candidatura comunista à Presidência da República é a mais sólida garantia de que os comunistas, lado a lado com centenas de milhares de trabalhadores portugueses, estão dispostos a lutar para que a maioria de esquerda expressa pelo eleitorado nas eleições para a Assembleia da República se torne

uma realidade e que dessa realidade surja a constituição de um governo de esquerda, só possível com a participação do PCP.

### COM O APOIO DAS MASSAS TRABALHADORAS

Muito antes do comício se ter iniciado, já largos milhares de

trabalhadores afluíram ao Campo Pequeno. Eram operários, empregados, jovens trabalhadores e estudantes, mulheres que queriam demonstrar o seu apoio ao nosso Partido, à candidatura comunista, à democracia e ao socialismo. Dezenas de células, organismos e centros de trabalho do PCP se encontravam representados por dísticos e cartazes que, empregando ao comício um ar colorido, vão revelando, cada vez mais, o grande poder criador das massas populares.

Eram trabalhadores da Romar, da Fábrica Nacional de Munições e Armas Ligeiras, do Banco Totta, do J. Pimenta, da Joaquim Francisco dos Santos, da Fábrica de Louça do Sacavém, da Girassol, da Processa, da RTP, da Fábrica Portugal, do Arsenal do Alfeite, do «Diário de Lisboa», de «O Século», da Standard Eléctrica, da Progre, da Lisnave, da Philips, da TAP, da Fábrica Militar de Braço de Prata, do Inatel, etc.

Eram comunistas dos organismos do comércio, dos seguros, dos bancários, da construção civil, dos escritórios e dos espectáculos.

Eram as organizações do PCP de Cascais, Belas, Moscavide, Terrugem, Beato, Marvila, Olivais, Sintra, Sobral do Monte Agraço, S. João da Talha, Malveira, S. Iria da Azóia, Alcântara, Porto Salvo e Camarate.

Eram, ainda, várias organizações da União dos Estudantes Comunistas e da União da Juventude Comunista. Eram muitos mil os que quiseram demonstrar o seu apoio e confiança revolucionária no Partido da classe operária e das massas trabalhadoras, no Partido que, guiando-se pelos princípios do marxismo-leninismo e do internacionalismo proletário, é o mais firme defensor da liberdade, da democracia e da independência nacional.

do foice, do martelo e da estrela de cinco pontas pairavam bem no alto, como que apontando o caminho do futuro, a marcha irreversível da humanidade, a derradeira vitória do proletariado mundial.

O candidato do Partido Comunista Português às eleições presidenciais, camarada Octávio Pato, foi o primeiro orador desta grande comício. Numa das bancadas do Campo Pequeno, um grande cartaz salientava a decisão do nosso Partido de apresentar um candidato às eleições. Na sua

democracia e do socialismo. Apeloando para um grande apoio de massas à candidatura do camarada Octávio Pato, Manuel Rafael finalizou a sua intervenção salientando o decisivo papel que tem para a consolidação do processo democrático a unidade das massas trabalhadoras, contra as manobras divisionistas dos falsos revolucionários, dos aventureiristas e dos oportunistas, infiltrados no seio do movimento operário e cujas manobras só podem conduzir o nosso povo às mais pesadas derrotas perante as forças da reacção e do fascismo, frente ao capital monopolista que tenta recuperar as posições

«Constituindo nós mais de 50 por cento da população portuguesa, teremos nestas eleições um importante papel a desempenhar. Nas anteriores eleições, a mulher trabalhadora votou pela esquerda; nestas eleições e conscientes do papel que desempenhamos, mais uma vez — embora sujeitas a manipulações reaccionárias — a mulher portuguesa saberá dizer não a um Presidente da República que divida os trabalhadores e facilite o regresso ao fascismo. Só o candidato comunista, o candidato do PCP saberá defender intransigentemente as nossas conquistas».

# DISCURSO DE OCTÁVIO PATO

### «Sou um candidato comunista, mas dirijo-me a todos os portugueses, independentemente das suas ideologias e crenças, dizendo-lhes que nos esforçaremos para aproximar e unir todos os portugueses interessados em garantirem a democracia e a independência nacional»

Camaradas e Amigos:

O camarada Álvaro Cunhal analisará as razões e os objectivos fundamentais que levaram o PCP a decidir-se pela apresentação de um candidato comunista às eleições para a Presidência da República bem como alguns dos problemas essenciais da actual situação política.

Procurarei, por isso, limitar as minhas considerações a algumas questões relacionadas mais directamente com a tarefa para a qual fui designado pelo Comité Central do PCP, ou seja, com a minha designação como candidato à Presidência da República.

Tenho plena consciência das responsabilidades que envolve a tarefa para que fui designado — de candidato à Presidência da República.

Essa responsabilidade é tanto maior por se tratar da candidatura apresentada por um grande Partido, por um Partido que no passado, tal como no presente, nunca recebeu assumir as mais pesadas responsabilidades para poder corresponder aos interesses do país, à confiança de todos os trabalhadores, à confiança do povo português.

Sei das dificuldades que terei de enfrentar para a realização da tarefa de que fui encarregado, mas posso dizer-vos com o apoio unânime de todo o CC do Partido, e estou confiante que a esse apoio se juntará o apoio de muitas dezenas de milhares de comunistas e o apoio de muitos milhares de outros portugueses que, não sendo comunistas, confiam no PCP por sabermos que o nosso Partido não é somente a vanguarda da classe operária; é também o Partido de todos os trabalhadores, é o Partido da democracia, é o Partido da esperança e do socialismo.

A realização dos objectivos que se tem em vista com a candidatura dum comunista ficará dependente da campanha eleitoral que se fizer em torno dessa mesma candidatura, dependerá dos esforços que forem feitos por todos os que compreendem os seus objectivos.

Anteontem, dia 27, o processo da minha candidatura foi entregue no Supremo Tribunal com mais de dez mil assinaturas de comunistas de Norte a Sul do país, e fizemo-lo sem necessidade de alardos e sem recorrer a anúncios ou a recolhas públicas de assinaturas.

Ontem, dia 28, tomámos pública uma Declaração contendo os objectivos políticos essenciais que orientarão a nossa campanha — Declaração que pretende ser ao mesmo tempo um instrumento de luta e um programa de governação.

Trata-se dum Declaração do vosso candidato, mas que corresponde igualmente à análise e ao pensamento político do PCP. Estamos esperançados que essa Declaração irá ser largamente difundida por todo o país e que uma boa parte dos portugueses, e especialmente os trabalhadores, encontrarão nela a expressão dos seus interesses e aspirações e, por isso mesmo, farão dela a sua própria Declaração.

Não é uma Declaração que semeie ilusões. Nela não se fazem afirmações irresponsáveis ou demagógicas. Na Declaração, como em toda a campanha eleitoral a realizar, esforçar-nos-emos por ir ao encontro dos interesses e das aspirações das mais amplas camadas da população. É uma Declaração de combate contra as forças contra-revolucionárias, de defesa da democracia e dos princípios consagrados na Constituição, em defesa das nacionalizações, da Reforma Agrária, do controlo operário e das transformações sociais e económicas encaminhadas para o socialismo. É ainda uma Declaração orientada para fazer convergir, numa mesma direcção e frente de luta, o possível unir — e isso independentemente dos partidos a que cada um possa pertencer — todos os homens e mulheres interessados na consolidação e desenvolvimento da nossa jovem democracia, todos os que quiserem lutar pela unidade da classe operária, das massas populares e forças democráticas, pela continuação da aliança do povo com as Forças Armadas, pela defesa e aplicação da Constituição, pela formação dum maior de esquerda e dum Governo de esquerda.

Sabemos que teremos de contar com forças que estão já a desenvolver esforços para contrariarem e combaterem os objectivos construtivos e unitários da nossa candidatura. As forças que nos combatem são precisamente as mesmas que procuram impedir a consolidação e desenvolvimento do nosso processo democrático, que procuram criar uma «Santa Aliança» que possibilite a recuperação capitalista e desviar o nosso país da via socialista.

Não teremos uma tarefa fácil, tanto mais que a nossa luta terá de se desenvolver em duas frentes: teremos de enfrentar a oposição das forças da direita reaccionária e as do aventureirismo esquerdista. Uma e outras sofriram um sério desaire nas eleições de Abril, procuram agora, nas eleições para a Presidência da República, refazerem-se desse desaire.

A reacção, designadamente o CDS, não teve a coragem de apresentar um dos seus candidatos preferidos. Ao apoiarem o general Ramalho Eanes, em lugar de promoverem as candidaturas previstas de Kaulza de Arriaga ou Galvão de Melo, a direita reaccionária mostrou sentir-se impotente para promover desde já, e abertamente, o assalto ao poder.

O apoio ao general Ramalho Eanes por parte de toda a reacção, designadamente pelo CDS — que está abertamente contra a Constituição —, pelo bando de caceteiros da CAP e por agrupamentos provocatórios do género do MRP — AOC, tais apoios por forças que nada têm de comum com os ideais da democracia e as conquistas da nossa Revolução, decerto que não favorecem a imagem dum candidato que se propõe respeitar os princípios democráticos e defender as conquistas consagradas na Constituição.

Não ignoramos que o general Ramalho Eanes também é apoiado por forças democráticas, designadamente pelo PS e por homens que fizeram o 25 de Abril. Mas apesar de os dirigentes do PS continuarem a afirmar que não farão quaisquer alianças com a direita, a verdade começa a desenhá-la. A direita, a reacção, procurará enleiar o PS na teia que está a procurar tecer. De acordo com notícias divulgadas pelos jornais, haverá comícios de apoio ao general Ramalho Eanes onde estarão presentes conhecidos dirigentes do PS ao lado de dirigentes do CDS e PPD; e devemos admitir que essa «mistura» seja ainda mais completada.

O novo surto de virulência anticomunista por parte de certos dirigentes do PS não traduz apenas descontentamento pelo facto de o PCP ter apresentado um candidato seu e dispor-se a realizar uma campanha independente; essa virulência é também uma forma de alguns dirigentes do PS tentarem camuflar os passos dados no sentido dum aliança com a direita; é uma virulência que visa travar o sentimento unitário que se desenvolve entre os trabalhadores comunistas e socialistas, e entre muitos outros homens e mulheres das mais variadas tendências.

Quando certas forças ou dirigentes políticos procuram pôr em causa o papel desempenhado pelo camarada Álvaro Cunhal em todo o processo da nossa Revolução, assim como nos governos provisórios em que participou, não se procura somente atingir o camarada A. Cunhal. Por essa forma, tenta-se fazer diminuir, ou apagar mesmo, o papel fundamental que o PCP tem desempenhado em todo o desenvolvimento e consolidação das conquistas da nossa Revolução; tenta-se preparar o ambiente com vistas à marginalização dos comunistas e à formação de governos com a exclusão de comunistas; e tenta-se ainda acalantar desejos de «divisões» internas no seio do nosso Partido.

Dizem alguns que a candidatura dum comunista foi necessária para a defesa da unidade interna; afirmam outros que o CC não



destacou Álvaro Cunhal como candidato porque se pensa substituir o actual secretário-geral do Partido, alguns, até, insinuam queerei eu a substituí-lo; mas logo vêm outros que deitam esta sugestão completamente por terra ao afirmarem que eu fui designado candidato com o fito de ficar «queimado».

São tantas — e ao mesmo tempo tão variadas e contraditórias — as «análises» e as opiniões das forças reaccionárias, e de outros ferrenhos anticomunistas, a respeito do PCP, que precisaríamos de muito tempo para responder-lhes.

Será preferível não perder muito tempo com as atoardas dos anticomunistas de todos os tipos, mas convém dizer-lhes que seria útil que não confundissem os seus desejos com as realidades. Que se desiludam os que procuram acalantar divisões no seio do nosso Partido. O CC do PCP continua a estar profundamente coeso, numa coesão que está alicerçada nos princípios ideológicos que nos orientam e que é ainda cimentada com a solidariedade e amizade forjadas em muitos anos de dificuldades cradas na dura e difícil luta clandestina, quando se lutava pelo derrubamento da ditadura fascista, coesão essa que está hoje ainda mais fortalecida através da luta pela consolidação das conquistas democráticas encaminhadas na via do socialismo.

Que se desiludam igualmente os que tentam criar divisões no seio do PCP ou que sonham com a redução da sua influência entre os trabalhadores e as massas populares. Apesar de o PCP contar com muito mais de cem mil membros, e continuar em fase de constante crescimento, o PCP é o único Partido político nacional que desconheça quaisquer cisões ou divisões. A unidade de pensamento e acção tem sido uma condição decisiva não só para o crescimento e fortalecimento constante do PCP, mas também para o prosseguimento e consolidação do processo democrático.

A reacção sabe que isto é verdade. É precisamente por isso que todos os anticomunistas se esforçam por tentar semear divisões, e é ainda por essa mesma razão que tentam criar confusões a respeito do secretário-geral do Partido. O rancor ou o ódio que a reacção e os anticomunistas de todos os matizes votam ao PCP, transmite-se em igual proporção contra o camarada Álvaro Cunhal. E compreende-se que assim seja, pois sabe-se que toda a luta revolucionária da classe operária e de todo o nosso povo, todos os sucessos da nossa Revolução estão estreitamente vinculados à actividade do PCP, e essa mesma actividade está profundamente vinculada à acção infatigável, à fidelidade aos princípios do marxismo-leninismo e do internacionalismo proletário, por parte do secretário-geral do nosso Partido, o camarada Álvaro Cunhal.

Na luta contra o PCP, a reacção não está isolada. Ela tem diversos tipos de aliados, incluindo aqueles que se intitulam defensores dos trabalhadores mas que centram os seus esforços lutando contra o Partido dos trabalhadores.

Não é necessário ser-se grande observador político para se compreender que a formação dum maioria real de esquerda, na Assembleia da República, e num futuro Governo, depende dum eventual aliança ou convergência de posições do PS e do PCP, muito embora nesse mesmo Governo de esquerda possam e devam participar pessoas de outras tendências ou agrupamentos, designadamente militares.

Se esta é a situação real e se é uma perspectiva pela qual devemos lutar, torna-se evidente que se devem apoiar as forças que lutam pela concretização dessa maioria de esquerda. E que é o PCP a força política que mais esforços fez nessa direcção, julgamos ser um facto indismutável.

Pode-se, pois, afirmar que apoiar o PCP, apoiar o candidato designado pelo PCP é uma forma concreta de lutar pela formação dum maioria real de esquerda na Assembleia da República, é uma forma de lutar por um Governo de esquerda que realize uma política de esquerda. Os que lutam contra o PCP e contra os claros objectivos da candidatura apresentada pelo Partido estão, objectivamente, a lutar para retardar ou impossibilitar a realização dum maioria de esquerda.

Nas condições actuais e no actual panorama político do país a formação dum maioria de esquerda é inseparável do apoio que for dado ao PCP, e a minha candidatura à Presidência da República visa contribuir para se atingir esse objectivo.

Pelas razões aduzidas, torna-se evidente que os agrupamentos que promoverem a candidatura do major Otelo não têm, de modo algum, em vista contribuir para a formação dum maioria de esquerda. Um desses agrupamentos dá mesmo a conhecer aos seus aderentes que «não é tanto Otelo como figura que nos interessa» mas «no actual momento serve optimamente» a tática que têm em vista e que consiste, tal como confessam, «miniar a base do apoio» do PCP.

Vou terminar reafirmando que procuraremos contribuir para que as eleições para a Presidência da República constituam um importante passo para a consolidação da democracia.

Sou um candidato comunista, mas dirijo-me a todos os portugueses, independentemente das suas ideologias e crenças, dizendo-lhes que nos esforçaremos para aproximar e unir todos os portugueses interessados em garantirem a democracia e a independência nacional.

Viva um Portugal livre, democrático, próspero e independente!



Hermenegilda Pereira

intervenção, que publicamos na íntegra noutra local, o camarada Octávio Pato referiu-se a alguns dos aspectos concretos da sua candidatura.

### A CANDIDATURA COMUNISTA REFORÇA A UNIDADE

Seguiu-se no uso da palavra o camarada Manuel Rafael, operário metalúrgico da Sorefame.

Saudado pela compacta massa de trabalhadores aos gritos de «Viva a classe operária», o camarada Manuel Rafael começou por salientar:

«Nós, os trabalhadores que nas fábricas e oficinas, nos campos e escritórios, nos barcos e estaleiros, nas repartições públicas e nos demais locais de trabalho, temos enfrentado corajosamente e com determinação as investidas das forças reaccionárias e desarticulando os seus golpes, podemos melhor que ninguém confirmar a justiça das posições do nosso Partido».

«É por isso — prosseguiu Manuel Rafael — que os operários, demais trabalhadores e forças progressistas entendem manifestar o seu incondicional apoio ao camarada Octávio Pato, dirigente operário destacado, formado nas duras lutas contra a ditadura fascista. Ao apoiar esta candidatura reafirmamos a nossa confiança na defesa de princípios e na realização de soluções democráticas e revolucionárias, que sempre orientaram o nosso Partido».

Continuando a sua intervenção, o camarada metalúrgico abordaria seguidamente as tentativas de recuperação capitalista e as sórdidas manobras do imperialismo, bem como a decidida e firme acção da classe operária e das massas trabalhadoras contra todos os inimigos da liberdade, da

### ...E DEFENDE AS CONQUISTAS JÁ ALCANÇADAS!

A operária têxtil da CUF do Barreiro, Hermenegilda Pereira, deputada comunista à Assembleia Constituinte e à Assembleia da República, foi a oradora seguinte. A dado passo da sua intervenção, Hermenegilda Pereira disse:

«Os trabalhadores disseram não ao regresso do fascismo. Queremos um Presidente da República que se bata intransigentemente pela defesa das conquistas já alcançadas e pela sua consolidação. Não

### SOB O SIGNO DE LENINE!

A finalizar este grande comício usou da palavra o camarada Álvaro Cunhal, secretário-geral do nosso Partido, que fez uma análise da actual situação política, bem como das razões determinantes da candidatura comunista à Presidência da República.

A intervenção do camarada secretário-geral do Partido, atentamente escutada e frequentemente interrompida por aplausos e palavras de ordem, é publicada na íntegra noutra local deste número do «Avante!».



podemos permitir que a Reforma Agrária, as nacionalizações e o controlo operário, conquistas tão duramente alcançadas, nos sejam roubadas. O Presidente da República terá de se bater pela sua consolidação e avanço, como forma de não permitir a recuperação desenfreada do capitalismo».

Depois de ter salientado que «o caminho para o socialismo faz-se com os trabalhadores e não contra os trabalhadores», a camarada Hermenegilda Pereira dirigiu umas palavras às «mulheres exploradas deste país»:

O comício do PCP, grande demonstração de unidade de pensamento e de acção dos comunistas portugueses, terminava, após uma breve sessão de canto livre.

A candidatura do camarada Octávio Pato à Presidência da República é justa e tem o apoio das amplas massas populares porque o Partido Comunista Português, ao longo da sua acção, tanto contra o fascismo como pela democracia e o socialismo tem demonstrado, acima de tudo, defender os interesses nacionais, defender os interesses do povo português.



Manuel Rafael

«Internacional», o hino mundial dos trabalhadores, dos explorados e oprimidos, transformaram as bancadas e a arena do Campo Pequeno numa vasta floresta de punhos erguidos e bandeiras vermelhas. Os símbolos gloriosos



edições Avante!

POR UMA CONSTITUIÇÃO REVOLUCIONÁRIA

CADERNOS DO PCP

A proposta do PCP para uma Constituição dum país cujo povo quer construir o socialismo.

15500

A POLÍTICA ECONÓMICA DOS SOVIETES

acaba de sair

Ilia Berkhine

NOS PRIMEIROS ANOS DA REVOLUÇÃO

N.º 13 dos «CADERNOS DE INICIAÇÃO AO MARXISMO-LENINISMO»

edições Avante!

Preço: 30\$00





No comício do Campo Pequeno, os camaradas do Secretariado e da Comissão Política do Comité Central do PCP, Sérgio Vilarigues, Octávio Pato e Joaquim Gomes, participam com o camarada Álvaro Cunhal, no entusiasmo popular e no apoio ao candidato do Partido à Presidência da República

as forças reaccionárias, é necessário também continuar hoje e no futuro a resistir contra as tentativas de, pouco a pouco, pelas formas mais diversas, mesmo declarando estar com a Reforma Agrária, procurar de facto atingi-la e liquidá-la.

Um governo sem comunistas, um governo de compromisso do PS com o PPD, seria um governo que poria sem qualquer dúvida em causa, a Reforma Agrária.

Estamos absolutamente certos de que, tal como estão fazendo hoje, os trabalhadores se oporão no futuro firmemente a quaisquer tentativas para destruir de forma directa ou indirecta essa grande e extraordinária realização.

Os problemas e dificuldades da Reforma Agrária só com a vontade e o assentimento dos trabalhadores poderão ser resolvidos e nunca utilizando a força armada contra os trabalhadores.

A frente das cooperativas e herdades colectivas, os trabalhadores não aceitarão que, para abafar o seu esforço e o seu trabalho criador, se instale, por cima das unidades de produção, uma burocracia ou uma clientela de tecnocratas amigos ou amigalhões para abrir caminho à liquidação da Reforma Agrária.

No que respeita ao **controlo operário** também são de esperar por um lado os ataques frontais e por outro as formas encapotadas de combatê-lo para tentar destruí-lo.

É esclarecedor que o secretário-geral do PPD, dr. Sá Carneiro, falando no American Club no dia 26, tenha dito que não se assusta com a expressão «controlo operário» pois «o ponto está em saber o que é que o governo tenciona regulamentar sobre esta matéria». Assim diz ele.

Estas palavras mostram bem as intenções dos partidos reaccionários. Dizem agora estar de acordo com a Constituição. Exigirão mesmo a sua aplicação, mas exigirão «regulamentações» das nacionalizações que restituam as empresas aos monopólios, «regulamentações» da Reforma Agrária que restituam as terras aos agrários, «regulamentações» do controlo operário que o liquidem como tal.

Agora, antes das eleições para a Presidência da República, tem de ficar claro que, para ser possível a democracia, têm de ser defendidas, consolidadas e prosseguidas as conquistas da revolução, não só em palavras, mas nos factos, na realidade.

Agora, antes das eleições para a Presidência da República, antes da abertura dos trabalhos da Assembleia da República, antes da formação do novo governo, devemos claramente afirmar que a democracia só se poderá construir com os trabalhadores e nunca contra os trabalhadores e que tentativas de formação de um governo de direita, de um governo PS com participação ou apoio do PPD e do CDS, porque contrárias aos interesses vitais do povo português, estão votados ao fracasso.

**RECUPERAÇÃO CAPITALISTA INSEPARÁVEL DA REPRESSÃO**

Todas as forças e sectores políticos falam hoje muito na solução dos problemas económicos, na necessidade de sair da situação deficitária, de pôr fim à inflação e à sangria de reservas de ouro, de reanimar a economia portuguesa e de lançar uma política de desenvolvimento.

Como pretenderia alcançar tais resultados um governo sem participação comunista?

No quadro de uma política de recuperação capitalista, de uma dinâmica assente no aumento dos lucros, da acumulação e dos investimentos privados, de uma preocupação dominante de ganhar a confiança do grande capital e das multinacionais, a política económica de um tal governo seria inevitavelmente baseada no agravamento da exploração da classe operária e das massas trabalhadoras em geral.

O Povo português deve ter agora a noção exacta de que, a formar-se um tal governo PS com a colaboração ou apoio do PPD ou do CDS, ou dos dois, esse governo tomaria severas medidas para congelar salários, para diminuir os preços dos artigos de consumo corrente, para agravar os impostos lançados sobre as largas massas populares.

Uma integração de Portugal no Mercado Comum, como alguns anunciam, seria, nas condições existentes, um novo motivo para o agravamento da exploração da classe operária portuguesa.

A essa política os seus defensores chamarão política de recuperação económica, política de austeridade, política de salvação nacional. Mas, se se viesse a concretizar, seria uma política de recuperação capitalista, de austeridade para os trabalhadores e de lucros fabulosos para os capitalistas, uma política de salvação, não do país, mas dos seus exploradores.

O Povo português sempre esteve e está pronto a fazer sacrifícios. Mas para o bem do próprio Povo e não para os cofres dos milionários. Para bem de Portugal e não do imperialismo.

Os defensores de uma tal política sabem bem que ela não poderá ser aplicada sem uma firme resistência da classe operária e das massas populares.

É prevendo a resistência dos trabalhadores ao agravamento da exploração e das condições de vida, que aqueles que planeiam tal política intensificam desde já os ataques contra as organizações de classe dos trabalhadores, contra os seus sindicatos, contra as suas estruturas de base, contra a sua vanguarda revolucionária — o Partido Comunista Português.

O patronato e a reacção sabem bem que a Intersindical é uma provada

central do movimento, é uma direcção organizada e incorrupta da luta dos trabalhadores, cuja actividade não aparece agora nos tempos de liberdade, mas vem do tempo da ditadura, quando os militantes sindicais pagavam, com a prisão, ou a morte a sua firmeza e a sua dedicação.

A campanha odiosa e o combate contra a Intersindical constituem uma das direcções fundamentais das tentativas do patronato reaccionário e das forças de direita para enfraquecer a capacidade de resistência dos trabalhadores ao agravamento da exploração e das condições de vida impostas por um eventual governo de direita.

É dentro desse projecto que se tem de considerar a exigência feita pelo PPD, por intermédio da sua gente nos bancários do Porto, para que a Intersindical seja extinta.

É dentro desse projecto que Marcelo Curto, como secretário de Estado envia um pedido para que a Intersindical seja declarada ilegal.

É dentro desse projecto que, no «Diário da República» se legaliza uma denominada «Força Democrática de Trabalho» que traça como objectivo uma acção sindical e política, que indica a sociedade socialista como seu objectivo, e a cujo grupo organizado pretendem os conhecidos pepedês, Teodoro da Silva e Bidarra.

É dentro desse projecto que conhecidos provocadores no movimento sindical, como Guinote e C., anunciam um «Movimento Democrático do Trabalho» que coloca o anticomunismo e o antisovietismo como principais objectivos.

Não é por acaso que, ao mesmo tempo que assim atacam o movimento e a organização sindical, as forças da direita procuram também limitar e atacar as formas de organização de base, particularmente as Comissões de Trabalhadores.

Deve dizer-se a esses senhores que se desiludam de tais processos indignos de uma democracia. Se o fascismo, com a repressão mais brutal, não conseguiu impedir os trabalhadores de organizarem as suas comissões e teve de negociar com elas, não são governos social-democratas que o conseguirão.

Os que projectem a formação de um governo de direita devem desde já tomar consciência de que os trabalhadores não se deixarão enganar. Defenderão e reforçarão os seus sindicatos, reforçarão a Intersindical, reforçarão a sua unidade contra a ofensiva do patronato e da reacção, ante as tentativas de recuperação capitalista e de agravamento das condições de vida.

Se se viesse a formar um governo do PS com a direita, ou um governo do PS com o apoio expresso ou tácito do PPD ou do CDS, a sua política antoperária e antipovo, a sua política de austeridade dos trabalhadores para ganhar a confiança dos capitalistas e para garantir mais elevados lucros, encontraria pela frente, não apenas a decidida resistência dos comunistas, mas, estamos certos, junto com os comunistas, a decidida resistência dos trabalhadores socialistas e dos trabalhadores de todas e quaisquer tendências políticas.

Perante as ameaças, a classe operária e todos os trabalhadores reforçam a sua unidade.

Saudamos os sindicatos do distrito de Portalegre que, tendo sido convocados pela tal FDT para uma reunião, acabaram por repudiar firmemente os divisionistas dessa pretensa organização ao serviço do patronato e dos partidos da direita reaccionária.

Saudamos os progressos registados na cooperação entre comunistas e socialistas no movimento sindical e apelamos para que se aprofundem os contactos, se chegue a um real acordo para a realização do Congresso Sindical de forma que a organização dos trabalhadores, e a sua unidade sejam reforçadas de forma a poderem responder com eficácia a qualquer tentativa de fazer pagar aos trabalhadores e em benefício dos capitalistas o preço da recuperação económica.

Uma política de estabilização e desenvolvimento assente na recuperação capitalista e agrária e com o agravamento da exploração para benefício do grande capital, é incompatível com a democracia. Uma tal política seria inevitavelmente acompanhada pela restrição às liberdades de organização, de manifestação, por limitações do direito à greve, pelo uso de métodos repressivos para tentar abafar o descontentamento, os protestos e a luta dos trabalhadores.

Se, para mal do nosso país, tal se viesse a verificar, que se não dissesse então, como já se começa a dizer e ainda ontem se disse nesta praça, que os trabalhadores, lutando em defesa dos seus interesses, estariam procurando a desestabilização.

A verdade é que a desestabilização seria provocada precisamente por aqueles que, não compreendo a actual realidade portuguesa ou animados por espírito reaccionário, pretendessem fazer regressar Portugal à dinâmica do desenvolvimento próprio do capitalismo monopolista, que nós conhecemos no passado fascista, que é próprio nos países da Europa Ocidental, mas que foi liquidado, e bem liquidado, pela Revolução Portuguesa.

Aqueles que querem sinceramente defender, consolidar e prosseguir o processo democrático, devem convencer-se de que essa defesa, consolidação e prosseguimento exigem uma política económica e social assente fundamentalmente nas transformações revolucionárias que se verificaram desde 25 de Abril e que uma tal política só pode ser realizada por um governo de esquerda, com participação comunista.

**COM O PCP POR UMA MAIORIA DE ESQUERDA POR UM GOVERNO DE ESQUERDA**

A campanha da candidatura de um comunista, salientará ante o povo, que, nas eleições presidenciais, tem de estar bem presente o significado da votação que se registou nas eleições para a Assembleia da República. O Povo votou contra os partidos reaccionários (o CDS e o PPD), reforçou o seu apoio e a sua confiança ao PCP, votou por uma maioria democrática, por uma maioria de esquerda, e levou à Assembleia uma folgada maioria de socialistas e comunistas.

A candidatura comunista às eleições presidenciais salientará que, dentro das normas democráticas, o Presidente da República não pode contrariar esse significado da votação popular.

Se conformes com essa votação popular, socialistas e comunistas se puserem de acordo em formar um governo assente na maioria que têm na Assembleia da República, o futuro Presidente, nos termos da Constituição, nada poderá, naturalmente, opor a tal propósito.

Nem com razões internas, nem com razões externas.

Habitados como estamos a deturpações de entrevistadores, não podemos por isso acreditar que um candidato à Presidência possa ter afirmado que a participação do PCP no governo cabe à decisão não dos portugueses, mas dos americanos. Não o disse decerto.

É aos portugueses e só aos portugueses que cabe decidir da composição e da política do futuro governo e a candidatura de um comunista à Presidência da República será em si própria uma afirmação da independência e da soberania portuguesa.

Contra aqueles que querem submeter Portugal ao imperialismo, lutamos e lutaremos por uma política de independência nacional, contra a submissão ao estrangeiro, por relações de amizade e cooperação tanto com países capitalistas como com países socialistas e os países do chamado «Terceiro Mundo».

Contra aqueles que, imbuídos de ideias colonialistas procuram deteriorar as relações de Portugal com os países outrora submetidos ao colonialismo português, lutamos e lutaremos pelo estabelecimento de relações de estreita amizade e cooperação entre Portugal e Moçambique, Angola, Guiné-Bissau, Cabo Verde e S. Tomé e Príncipe, e queremos daqui saudar as recentes declarações do presidente Agostinho Neto que abrem a perspectiva do regresso a Angola de muitos «retornados» que anseiam regressar.

Contra aqueles que incluem entre os seus objectivos a liquidação das transformações económicas e sociais revolucionárias lutaremos pela sua defesa, certos de que essa defesa é a defesa da própria democracia.

Contra aqueles que contestam e pretendem liquidar as nacionalizações e o controlo operário, lutamos e lutaremos para defender e consolidar essas grandes conquistas da revolução, que dão uma base sólida para uma nova dinâmica de desenvolvimento.

Contra aqueles que contestam e pretendem liquidar a Reforma Agrária, lutamos e lutaremos pela sua completa realização e saudamos a grande vitória que se anuncia com a colheita de 850.000 toneladas de trigo e de 150.000 toneladas de aveia, produções superiores em quase 40% às médias dos últimos 10 anos, e que desmentem as acusações daqueles que afirmavam que, entregue aos trabalhadores, a Reforma Agrária significava a desorganização da agricultura e a diminuição da produção.

Contra aqueles que afirmam que o restabelecimento do equilíbrio económico e o desenvolvimento são incompatíveis com o melhoramento das condições de vida dos trabalhadores, lutamos e lutaremos por uma

política de desenvolvimento, que tenha como propulsor fundamental, não o lucro do capitalismo, mas a construção de uma vida melhor para o povo trabalhador.

Contra aqueles que pretendem afogar e liquidar a democracia portuguesa numa tentativa de recuperação capitalista, numa tentativa de restabelecimento do poder dos monopólios e agrários, lutamos e lutaremos para que se concretize a exaltante perspectiva de um regime democrático que, nas condições portuguesas, só poderá ser construído no caminho do socialismo.

Um grande movimento de opinião, em torno da candidatura comunista e uma grande votação em Octávio Pato constituirão um factor da mais alta importância para contrariar as combinações e os conluios da reacção e os planos da formação de um governo de direita, para dissuadir dos projectos de pôr em causa as conquistas da revolução e de adoptar uma política que queira fazer pagar aos trabalhadores as dificuldades da economia nacional e das finanças, e as prodigalidades e esbanjamentos eleitoralistas do actual governo sob a hegemonia da direcção económica PS-PPD.

Um grande movimento de opinião em torno da candidatura comunista e uma grande votação em Octávio Pato constituirão um factor da mais alta importância para a unidade da classe operária e de todos os trabalhadores, para a unidade sindical, para a unidade das forças democráticas, para a aproximação, entendimento e cooperação de todos os antifascistas, de todos os democratas, e, particularmente, dos comunistas e socialistas, do PS e do PCP.

Quanto mais clara, independente e convincente for a voz do PCP nas eleições presidenciais, quanto mais esclarecedora for a sua intervenção na campanha, quanto mais for animada, não pelo espírito de polémica, mas pela contribuição construtiva, quanto mais amplos forem os apoios que receba, maior será a possibilidade de consolidar a aliança do Povo com as Forças Armadas, maior será a possibilidade de que o futuro Presidente da República esteja com o Povo na construção da democracia, maior será a possibilidade de impedir a formação de um governo de direita, maior será a possibilidade de ver realizada na Assembleia da República uma maioria de esquerda e de formar nessa base um governo de esquerda, apenas possível com a participação comunista.

Não é contra o Partido Comunista e contra os trabalhadores, que se poderá defender, consolidar e construir a nova democracia portuguesa, a qual, para sobreviver e viver, terá que prosseguir com coragem e confiança a rota para uma sociedade sem explorados e exploradores, a rota para uma sociedade socialista.

Viva a unidade da classe operária, de todos os trabalhadores, das forças democráticas e progressistas!

Viva o Partido Comunista Português!

Acaba de sair o 4.º volume do **FUNDAMENTOS DO COMUNISMO CIENTIFICO**

**CURSO BASICO DO COMUNISMO CIENTIFICO** - 3.º VOLUME

importante obra de formação política ideológica

**AS COOPERATIVAS DE PRODUÇÃO NA EDIFICAÇÃO DO SOCIALISMO NA URSS**

Grigori Kuznetsov

Edições SEARA NOVA

Edições SEARA NOVA

**ROGÉRIO PAULO UM ACTOR EM VIAGEM**

2.ª Edição

Reedição do relato ao vivo da experiência do autor numa Cuba exaltante e heróica.

Colocação De Leste a Oeste Preço: 75\$00

Edições SEARA NOVA

**ANDRADE SANTOS OESTINOS**

A paisagem, os homens e as suas lutas, o quotidiano de uma região quase desconhecida e de contrastes tão vivos.

Colocação Ficcionalistas Portugueses Preço: 75\$00

# SÓ UMA POLÍTICA DE ESQUERDA PODERÁ RESOLVER REALMENTE OS PROBLEMAS DOS RETORNADOS

As condições concretas para que possam voltar à RPA os retornados que o desejarem dependem sobretudo da melhoria das relações entre os dois países. Da parte da RPA, pela voz do seu presidente, as portas abrir-se-ão em condições justas e isentas do passado colonialista

Um certo ambiente de hostilidade que se criou em Portugal em relação aos retornados é, precisamente, de inteira responsabilidade da direita reacçãoista onde enfileiraram os réstos do fascismo e do colonialismo português. A falsa identificação do retornado com o explorador, com o dono do grande capital monopolista, roceiro ou grande empresário, que era o mesmo aqui em Portugal, em Angola, em Moçambique e na Guiné-Bissau, durante o regime fascista, tem sido promovida e exacerbada por pequenos grupos de extrema-direita sem verdadeira expressão e apoio entre os retornados, mas que falam abusivamente em seu nome.

As massas trabalhadoras em Portugal não têm qualquer razão objectiva para hostilizar os retornados que viviam nos territórios africanos libertos do domínio colonial. Trata-se, na grande maioria dos casos, de trabalhadores emigrantes, de pequenos comerciantes e industriais, que regressaram ao seu país, uns temporariamente, outros para se instalarem e fazerem aqui a sua vida de trabalho. Não são exploradores.

A grande maioria dos trabalhadores retornados não poderia viver sem subsídios e sem ajudas de outro tipo. Se a distribuição desse apoio humanitário nem sempre seguiu um critério justo, isso deve-se à falta de controlo que estruturas criadas à pressa certamente dificultaram ou proibiram, ajudadas em larga escala por forças políticas de direita a quem interessava e interessa segregar o retornado, animando-o a apresentar exigências absurdas, proporcionando-lhe «mimos» para

o manter disponível como tropa de choque contra o processo democrático para o afastar dos restantes trabalhadores, dificultando a sua integração completa na sociedade liberta do regime fascista.

## APELOS À DEBANDADA

A palavra «desalojado» foi inventada em Luanda ainda antes de terminar o ano de 1974. Nessa altura, sob a pressão spinoлиста e com Silvino Silveiro Marques como alto comissário, tudo se fez para estimular o êxodo da população europeia. Facilitavam-se transferências através do Banco de Angola, facilmente se traziam os carros e tudo o que fosse possível embarcar. Não havia dificuldades. Promoviam-se manifestações a exigir a ponte aérea, cujo carácter humanitário, inicialmente apresentado, depressa foi substituído por manifestações claramente manipuladas de apoio ao imperialismo americano com concentrações em frente da embaixada dos Estados Unidos e com vivas à CIA.

Mentia-se sistematicamente aos futuros retornados. O MPLA era apresentado como seu inimigo principal, ignorando, ou procurando fazer esquecer que, por várias vezes e muito antes do 25 de Abril, o Movimento Popular de Libertação de Angola, através dos seus dirigentes mais destacados, sempre afirmou que o MPLA não lutava contra o povo português, mas contra o regime que o oprimia, oprimindo ao mesmo tempo os povos das colónias. As forças reacçãoistas estavam activíssimas em Angola e trabalhar, por todos os meios, criar

dificuldades insuperáveis à jovem democracia portuguesa. Os grupos fachocheiros eram peças importantes nesse processo.

Mas qual foi a razão por que a população europeia debandou por completo de Nova Lisboa quando a UNITA se apoderou da cidade? Porque é que nenhum branco confiava no grupo de Savimbi? Porque é que muitos dos futuros retornados viram os seus bens saqueados pela FNLA, quando anteriormente se tinham posto ao inteiro dispor de Holden Roberto?

## UMA CANDIDATURA FASCISTA

A manipulação era evidente. Mas a sociedade colonial tinha todas as condições para fazer com que muitos trabalhadores europeus não se apercebessem dessa manipulação e tomassem por defesa dos seus legítimos interesses a política fascista de defesa dos privilégios monopolistas das grandes companhias e dos grandes grupos financeiros.

Um dos últimos actos dessa política é a candidatura do sr. Pompílio da Cruz à Presidência da República. Ao apresentar esse candidato aos seus leitores, o semanário fascista «A Rua» escreve: «Em 1961, face ao complot internacional das grandes potências que iniciaram o apoio a grupos de bandoleiros para forçar Portugal a abandonar imediatamente os seus territórios, o eng. Pompílio da Cruz, defendendo o interesse nacional acima dos interesses partidários, deu publicamente o seu apoio à luta de Portugal (...) para evitar o descalabro e a tragédia que anos mais tarde se abateu sobre a Pátria Portuguesa».

Este passo da biografia do candidato, que declaradamente se propõe atacar a descolonização, é mais do que suficiente para identificar e pôr a claro os propósitos desta candidatura. Para «A Rua» e para o seu entrevistado os movimentos de libertação são «grupos de bandoleiros», a descolonização é o «descalabro e a tragédia», o «interesse nacional»

## A RODOVIA NACIONAL É UMA REALIDADE

Concretiza-se uma iniciativa de um ministro comunista do IV Governo Provisório

Os trabalhadores portugueses averbam mais uma importante realização no campo das nacionalizações. A Rodoviária Nacional, estudada e proposta pelo Gabinete do camarada Veiga de Oliveira, como ministro do IV Governo Provisório, viu finalmente os seus estatutos aprovados pelo Conselho de Ministros.

Empresa estatal resultante da fusão das principais transportadoras privadas, a área da Rodoviária cobrirá quatro zonas (Lisboa, Norte, Centro e Sul) para serviço das quais já foi feita pela UTIC a entrega simbólica do primeiro autocarro, cerimónia que decorrerá nas instalações daquela empresa, na última sexta-feira, com a presença do secretário de Estado dos Transportes e Comunicações, eng. Machado Rodrigues.

Antes de visitar as instalações da fábrica de construções de autocarros (UTIC) aquele membro do Governo agradeceu aos trabalhadores da empresa e da Rodoviária Nacional a contribuição que têm dado para a recuperação das respectivas empresas, pondo-as ao serviço da colectividade e não dos interesses monopolistas de Belos e Claras, que dominavam amplas zonas do país.

Numa segunda fase da nacionalização dos transportes tentar-se-á, segundo informação

de o interesse fascista das grandes companhias e dos grandes grupos financeiros e monopolistas, os «interesses partidários» do sr. Pompílio eram e são os interesses das forças fascistas e «a luta de Portugal» era a guerra colonial do regime de Salazar e Caetano que, entre 1961 e 1974, fez milhares de vítimas entre os trabalhadores portugueses e africanos.

## PCP E MPLA

O camarada Sérgio Vilarigues, membro do Secretariado da Comissão Política do Comité Central do PCP esteve recentemente em Luanda onde se avistou com dirigentes do MPLA e da República Popular de Angola. As conversações que manteve inscrevem-se no âmbito estrito das relações entre o Partido Comunista Português e o Movimento Popular de Libertação de Angola. Foi a esse nível, e a nenhum outro, que foram tratados assuntos de interesse exclusivo das duas forças políticas, cujas excelentes relações datam dos tempos em que o PCP e o MPLA eram forçados à clandestinidade pelo regime colonial-fascista.

As dificuldades que a direita reacçãoista e todos os saudosistas daquele regime criam permanentemente no campo das relações entre os dois países e os reflexos muito graves que essa actuação condenável faz incidir nos interesses dos dois povos leva os comunistas a todos os progressistas portugueses a tudo empreenderem, para que, na base da confiança e do respeito mútuo, recusando ingerências de qualquer tipo, se possam estabelecer relações mais sólidas entre Portugal e a RPA, numa base de amizade e de confiança entre os dois povos e povos, bem como uma cooperação vantajosa entre governos.

O assunto dos trabalhadores retornados, é vasto e exige divulgação séria e criteriosa. A ele voltaremos ainda, dentro desse espírito, no próximo número do «Avante!».

## A RODOVIA NACIONAL É UMA REALIDADE

Concretiza-se uma iniciativa de um ministro comunista do IV Governo Provisório

daquele secretário de Estado, a integração na RN de empresas privadas ainda existentes, sobretudo na região do Norte, e que considerou «nocivas em termos de colectividade».

Na cerimónia da entrega do primeiro autocarro da RN, a que assistiram representantes dos trabalhadores das empresas interessadas e da Comissão Instaladora Coordenadora e Instaladora da Rodoviária Nacional, o eng. Machado Rodrigues anunciou que valia propôr ao Governo a constituição de comunidades de transportes em Lisboa e no Porto, órgãos em que estarão representados, no caso de Lisboa, a RN, a CP, a Carris, o Metropolitano, os trabalhadores dessas empresas e os utentes, para se definirem as conveniências existentes e transformar o sistema de transportes das duas cidades em verdadeiro sistema social a que a população tem direito.

O primeiro autocarro, entregue na última sexta-feira pela UTIC, inscreve-se, por outro lado, na renovação da frota de 2700 veículos da RN, que os dois monopólios nacionalizados em Junho de 1975 há muito não substituíam.

Sector vital, onde a corrupção fascista e a sabotagem económica posterior ao 25 de Abril mais incididamente tiveram, os transportes nacionalizados constituem uma importante realização dos trabalhadores, sobretudo dos que exercem a sua actividade nas empresas que entre si constituíram a UTIC.

Trata-se de um progresso considerável num sector muito importante da vida económica nacional, cujos benefícios para os trabalhadores portugueses devem ser consolidados e defendidos no decorrer do processo democrático.

## O CASO DA HERDADE DOS MACHADOS

É um dever das entidades governamentais auscultar a vontade dos trabalhadores naquilo que a eles respeita

A situação criada na Herdade dos Machados — o maior complexo agropecuário do Baixo Alentejo, com mais de 6000 hectares — devido à contestação por parte dos trabalhadores à Comissão Administrativa nomeada pelo Estado, parece finalmente encaminhar-se para uma solução a contento da esmagadora maioria dos trabalhadores do referido complexo.

Com efeito, o facto de o ministro da Agricultura, em recente nota oficial, se mostrar na disposição de auscultar a vontade dos trabalhadores naquilo que a eles respeita, e de extrair dessa auscultação as necessárias consequências, abre o caminho ao diálogo e ao entendimento.

Recorda-se que o problema surgiu na Herdade dos Machados e consequência da má gestão realizada pelas Comissões Administrativas nomeadas pelo Estado, desde que se verificou a sua intervenção — a actual Comissão é já a segunda —, o que levou os trabalhadores a manifestarem o seu desejo de transformar aquela herdade em Unidade Colectiva de Produção.

A partir do momento em que os trabalhadores deixam de reconhecer a Comissão Administrativa e decidem nomear uma Comissão de Trabalhadores para assumir o controlo da Herdade, o conflito surge. Do ponto de vista legal, estando a Herdade dos Machados sob intervenção estatal, cabe ao ministro da Agricultura nomear os elementos que a deverão gerir.

Contudo, se os elementos nomeados não possuem a confiança dos trabalhadores, se uma grande propriedade com as

extraordinárias capacidades dos Machados está subaproveitada por gestão deficiente; se os trabalhadores da tal propriedade, com o saber de quem sempre trabalhou a terra e ricos da experiência ganha com o avanço da Reforma Agrária, consideram poder dirigir-lhe explorando ao máximo as suas potencialidades, beneficiando assim a economia nacional; então, compete ao Governo, através dos organismos responsáveis, estudar com os trabalhadores qual a melhor forma de gestão a aplicar no caso concreto.

Sem recorrer a coacções, sem impor soluções de força.

Está em jogo o aproveitamento de um importante complexo agropecuário com potencialidade para a cultura de 800 hectares de trigo, de 500 a 800 hectares de cereais secundários, com capacidade para intensificar a exploração pecuária que presentemente é já de 5000 cabeças de gado ovino e 700 bovinos adultos. Para não falar do lagar, da quejaria, do olival... Para não falar, também, no que um bom aproveitamento dessas potencialidades representará em termos de combate ao desemprego, que naquela zona do Alentejo continua ainda a atingir as mulheres.

O ministro da Agricultura, como já referimos, parece agora mostrar-se receptivo às justas pretensões dos trabalhadores e mais aberto ao diálogo. Os trabalhadores dos Machados, certos da justiça da sua pretensão, mostraram já que não querem atropelar a lei e dispõem-se a travar o diálogo necessário para fazer valer os seus direitos legítimos.

## DEFENDER A REFORMA AGRÁRIA CONSOLIDAR A REVOLUÇÃO

Os trabalhadores das Unidades Colectivas de Produção reafirmam uma vez mais a sua firme disposição de defender, consolidar e desenvolver a Reforma Agrária

A Reforma Agrária, uma das mais importantes conquistas da revolução de Abril, é um dos instrumentos fundamentais para a construção da sociedade socialista. Assim o consagra a Constituição portuguesa actualmente em vigor, ao mesmo tempo que estabelece o direito dos pequenos e médios agricultores, das cooperativas de trabalhadores agrícolas e de outras formas de exploração colectiva por trabalhadores ao auxílio do Estado. Auxílio que se deverá concretizar, entre outras coisas, na concessão de crédito e assistência técnica, na realização de uma política que assegure o escoamento dos produtos agrícolas.

Todavia, e conforme foi uma vez mais denunciado por trabalhadores das Unidades Colectivas do distrito de Évora num encontro organizado pelo respectivo sindicato, continua a verificar-se, por parte das entidades governamentais as maiores dificuldades e entraves à concessão do crédito de emergência e a recusa total à concessão de crédito para máquinas, pequenas obras, compra de gados, etc.

Mas, mais grave ainda é o facto de, conforme foi igualmente denunciado no referido encontro, estarem a ser retidas e eventualmente desviadas verbas legalmente pertencentes às Unidades Colectivas de Produção por parte do CRA de Évora, a pretensão de indemnizações aos agrários, para além de se verificarem constantes infracções por parte do mesmo Centro Regional à legalmente estabelecida autonomia das UCP (Decreto-Lei 236-A/76).

Com que direito se utilizam verbas pertencentes a trabalhadores que labutam de sol a sol quotidianamente, que vivem sem um mínimo de comodidades, que com o esforço dos seus braços e do suor do rosto semeiam a terra e há pouco abandonada pelos agrários, para que esses mesmos agrários recebam chorudas indemnizações pelos prejuízos causados à economia nacional?

Em nome de que princípios se entregam a parasitas verbas que são indispensáveis para o desenvolvimento e consolidação da Reforma Agrária, ao mesmo tempo que se afirma não haver fundos para a aquisição de máquinas e outros materiais que possibilitem um total aproveitamento do solo agrícola?

Até quando, numa sociedade que se pretende o caminho do socialismo, terão os trabalhadores de apertar o cinto para que um pequeno grupo de privilegiados possa continuar a alargar os seus?

Estas questões, que exigem urgente resposta, levam à formulação de outras sobre a escandalosa política levada a cabo pelo Ministério do Comércio Interno, que os trabalhadores rurais do distrito de Évora não deixaram igualmente de denunciar. Com efeito, como se justifica que o referido Ministério, que tem manifestado a maior incompetência na resolução dos problemas do escoamento e de definição de preços justos para os produtos da UCP (carnes, cortiças, azeite, cereais, etc.),

esteja a proceder à importação de produtos que, graças ao esforço dos trabalhadores, as UCP têm em quantidades suficientes para a satisfação das necessidades nacionais e até para eventual exportação?

Como se deverá denunciar uma tal política? Como se deverão classificar os responsáveis? Dizer que são incompetentes é ser-se demasiado benevolente, ou melhor, é deturpar a verdade. Sabotadores é a palavra indicada; sabotadores criminosos porque

mesmo tempo que prosseguem as buscas às Unidades Colectivas na procura de armas.

Os atentados bombistas, entretanto, continuam impunemente; os PIDES estão particularmente todos soltos. A reacção é uma força viva.

Contudo, como ficou demonstrado no encontro realizado em Évora, os trabalhadores estão dispostos a lutar firmemente pela defesa dos seus interesses, pelo avanço da Reforma Agrária. Para tal,

de créditos para salários, para compras de máquinas, gados, etc. — pois os trabalhadores já deram sobejas provas de serem capazes de aumentar não só as áreas cultivadas como os rendimentos unitários, o que será indiscutivelmente demonstrado pelos produtos desta campanha; exigem que na época de colheitas que se aproxima sejam consideradas sob requisição toda a maquinaria e capacidade de armazenagem existente; que o Governo, através do Ministério do Comércio Interno, assegure o escoamento a preços justos e tabelados dos diversos produtos das UCP e dos pequenos e médios agricultores.

Como medidas indispensáveis no combate à sabotagem entendem-se que as entidades responsáveis e os trabalhadores devem organizar um dispositivo de segurança para que as searas não sejam alvo das forças reacçãoistas, procedendo-se, por outro lado, à publicação imediata dos diplomas de expropriação de todas as herdades sob controlo dos trabalhadores e de legalização das UCP com processo já organizado, dando continuidade nos termos legais à expropriação dos restantes latifúndios, como forma de pôr cobro aos processos de sabotagem económica, assim como a resolução dos problemas de desemprego e de instalação de rendeiros e seareiros.

No encontro ficou ainda decidido que, a fim de impedir que continuem a ser tomadas medidas nas costas dos trabalhadores e contra os seus interesses, as suas organizações passem a participar desde já em todas as decisões respeitantes ao sector agrícola, tal como está estabelecido no artigo 104.º, e alínea O) do artigo 61.º da Constituição.

A Reforma Agrária é uma das maiores conquistas da revolução portuguesa. Defendê-la é um dever de todos os que aspiram pelo fim da exploração e da opressão.

## A MARCA DO IMPERIALISMO

Nos mercados portugueses começou a pouco a surgir um fruto que nos últimos tempos quase desapareceu por completo — bananas.

Não as bananas a que os portugueses estavam habituados, e um preço mais ou menos acessível à maioria das bolsas, mas bananas a que só alguns podem chegar. Já não vêm de Angola, como era hábito. Vêm do Equador, da Guatemala, da Nicarágua.

Em cada cacho dos soberbos frutos (o seu aspecto é deveras tentador) um pequeno selo denuncia a origem; um selo que se tornou tristemente célebre em todo o mundo; o selo da United Fruit Company, O selo do imperalismo. O selo da gigantesca companhia de frutas americana que se formou e desenvolveu à custa da mais brutal



que importa a quem nos manda fazer dieta? As bananas da United Fruit Company são apenas um exemplo...

criminoso é a sabotagem que se está a fazer à economia nacional.

Entretanto, estimulados com o exemplo das autoridades responsáveis os agrários levantam de novo cabeça, ameaçando com fogo posto as searas deste ano, reagrupando forças na organização reacçãoista CAP. Ao

chamam todas as Comissões de Trabalhadores a transmitirem com a maior urgência ao Sindicato todas as irregularidades praticadas pelo CRA de Évora, identificando os elementos que as praticam, a fim do Sindicato poder empreender as acções que considerar mais convenientes; exigem a

## CONSOLIDAR-SE A ALIANÇA DE OPERÁRIOS E CAMPESESSES

A aliança entre trabalhadores do campo e da cidade é um factor essencial para o avanço e consolidação do processo revolucionário

A criação de um Fundo de Apoio à Reforma Agrária, que seja um poderoso meio de intervenção dos trabalhadores relativamente ao aparelho de Estado no sentido de satisfazer as necessidades urgentes de apoio financeiro aos trabalhadores e de fazer cumprir as disposições legais, constitui a mais importante decisão do plenário de delegados sindicais e membros de comissões de trabalhadores promovido pela União dos Sindicatos do distrito de Lisboa no passado sábado.

Aprovada por unanimidade e aclamação, a proposta aponta para o desencadeamento imediato de uma intensa campanha de fundos, mediante a contribuição de meio dia de trabalho, ou outra regular, além de outras iniciativas diversas, dinamizadas pelas Comissões de Apoio à Reforma Agrária (CARAs), e realizar entre as massas trabalhadoras de todo o país e mesmo entre emigrantes.

Essas comissões deverão ser criadas em todos os locais de trabalho e terão como objectivo, entre outros, organizar jornadas de convívio e de trabalho especializado nos campos, assim como áreas de consumo colectivo (refeitórios, cooperativas de consumo, etc.) dos trabalhadores da terra.

Esta iniciativa, bem como o apoio às reclamações dos trabalhadores rurais de que falamos no outro local, revelam bem como o operariado industrial está consciente da importância

fundamental da Reforma Agrária para o avanço do processo revolucionário no nosso país e de como se vai consolidando, na prática, a aliança operário-camponesa, factor indispensável para a construção do socialismo.

As manifestações de solidariedade para com os trabalhadores agrícolas intensificam-se em cada dia que passa. De salientar a recente oferta, feita pelos trabalhadores da Lisnave a duas cooperativas agrícolas de dois tractores com as respectivas alfaias no valor de 600 contos. A iniciativa partiu do Conselho Geral de Trabalhadores daquela empresa, e teve a adesão de grande número de trabalhadores, que contribuíram com meio dia de trabalho, uns, e outros com um dia completo.

Outras iniciativas estão em preparação, nomeadamente no que se refere à criação de brigadas de manutenção de máquinas agrícolas formadas por operários metalúrgicos especializados. Entretanto, prosseguem as jornadas de trabalho voluntário nas Cooperativas Agrícolas, bem como jornadas de estudo e confraternização. É neste âmbito que a célula do PCP da Fábrica Portugal leva a efeito, nos próximos dias 10 e 11, uma excursão ao Alentejo. Pretende-se dar a conhecer aos trabalhadores daquela empresa o que se está a fazer pela Reforma Agrária, estimulando assim a participação em futuras jornadas de trabalho voluntário.

## UNIDOS E ORGANIZADOS OS TRABALHADORES AVANÇAM

Malgrado todas as dificuldades que são obrigados a enfrentar os trabalhadores do campo organizam-se. E não só no Alentejo. No Porto e nos Açores, também já existe sindicato dos trabalhadores agrícolas.

O proletariado rural ganha consciência. Unido nas suas organizações de classe em breve reconhecera o valor da sua força.

## MERCADO LIVRE

Moralizar os preços, acabando com a especulação feita pelos intermediários parasitas foi intenção que levou à criação de mercados livres no distrito de Setúbal, onde se procede à venda directa, aos pequenos e médios comerciantes e ao público, de produtos de cooperativas e unidades colectivas de produção.

## É NECESSÁRIA A LUTA FIRME E JUSTA DOS TRABALHADORES

O radicalismo serve os objectivos da direita reacçãoista

Não há político burguês, não há força de direita que se preze, que, cíelicamente, não acuse as massas trabalhadoras de procurarem fomentar a desestabilização política, económica e social do País. Logo os pasquins fascistas glosam o tema, lançando as mais vis calúnias sobre as massas trabalhadoras, acusando-as de serem os mais perigosos inimigos do bem-estar. Do seu bem-estar.

As forças da reacção e do fascismo, o grande capital e seus lacaios, sabem bem quando devem desferir os seus ataques. Os períodos pré-eleitorais e eleitorais são propícios a essas manobras. Assim aconteceu no período das eleições para a Assembleia Legislativa. Assim está a acontecer actualmente.

Uma breve análise das lutas das massas trabalhadoras recentemente desenvolvidas — ou ainda em curso — mostram claramente uma característica que é comum a todas elas: o patronato recusa-se a negociar com os trabalhadores as reivindicações, geralmente justas, que estes apresentam. Não têm havido aumento salarial, não têm havido melhorias sociais, não têm havido melhoramento das condições de trabalho e de vida, não têm havido contrato colectivo de trabalho, que não tenham sido obtidos após duras e vitoriosas lutas da classe trabalhadora.

O grande capital recusa-se a negociar com os seus explorados. O patronato reacçãoista, intimamente ligado aos agrupamentos políticos da direita, às forças da reacção, fá-lo porque quer preservar os seus interesses, porque quer impedir a consolidação da democracia e a estabilidade social. Mas não só.

As forças do capital sabem muito bem que lá, onde a organização, a unidade e o esclarecimento das massas trabalhadoras não é uma firme realidade, a recusa em proceder a negociações leva água ao seu moinho. Mas há casos onde, manobrados emocionalmente por aventureiristas e provocadores, os trabalhadores se lançam a formas de luta que não têm em conta a análise concreta da situação concreta e que, por isso, trazem graves prejuízos aos seus interesses e aos interesses gerais do País.

Quem perde são os trabalhadores, quem perde é a democracia, quem lucra é o patronato reacçãoista, quem ganha são todos os que estão apostados em travar o processo democrático e reinstaurar em Portugal a ditadura terrorista dos monopólios e dos latifúndios.

Certas lutas em desenvolvimento nos últimos tempos, e que têm por objectivo a conquista de reivindicações justas, nem sempre se têm desenrolado com a observância dos interesses mais gerais das massas trabalhadoras, mas, ao contrário, visando apenas objectivos imediatistas deste ou daquele sector através de formas radicais de luta. Tais acções são prejudiciais, não só aos próprios trabalhadores neles empenhados — porque se isolam dos seus irmãos de classe, porque criam o desencanto em amplos sectores da população — como também aos restantes trabalhadores do país.

A passagem a formas extremas de luta apenas deve ser decidida depois do recurso às outras possibilidades e depois de estar completamente assegurada a mais ampla unidade de todos os trabalhadores. Isto inclui, naturalmente, o prévio esclarecimento das massas populares acerca das razões e dos objectivos das lutas.

Porque a luta é necessária e a greve, como forma superior de luta, continua a ser uma arma dos trabalhadores para a obtenção das suas legítimas reivindicações. O patronato reacçãoista reconquista posições perdidas e assesta os seus ataques sobre as conquistas revolucionárias dos trabalhadores: o controlo operário, as nacionalizações. Perante as investidas das forças reacçãoistas, os trabalhadores dispõem de duas importantes armas, fundamentais para a vitória: a unidade e a organização.

A economia portuguesa está em crise. Mas está em crise pela chantagem sistématica do imperialismo e pelas acções de sabotagem desenvolvidas pelo grande capital. Enquanto, em muitos locais, os trabalhadores, à custa de pesados sacrifícios, recuperam as empresas abandonadas pelos patrões, certas personalidades políticas promovem a recuperação capitalista, ao mesmo tempo que, junto das potências capitalistas, mendigam uns miseráveis tostões e hipotecam a nossa independência nacional.

## ACESSÍVEL A TODOS OS LEITORES

(A linguagem e o preço)



## A CONCEPÇÃO MARXISTA DO CONHECIMENTO

Pedidos a: Central Distribuidora Livreira, R. Pedro Nunes, 9-A Lisboa 1

## Edições SEARA NOVA JOSÉ SARAMAGO OS APONTAMENTOS

A reflexão polémica sobre o período mais crítico da Revolução Portuguesa analisada pelo ex-director adjunto do Diário de Notícias, um dos muitos saneados pelo novo conceito pluralista de informação.

Colectão Cadernos Seara Nova Preço: 80\$00

INTERNACIONAL

# JORNADAS PARA A PAZ E A COOPERAÇÃO

## O CPPC levou a efeito uma importante jornada internacional que englobou a 1.<sup>a</sup> Assembleia da Paz, um seminário sobre segurança e cooperação europeia e um colóquio de apoio à luta dos povos árabes

«Mal passou uma geração sobre a Segunda Guerra Mundial e já homens livres da Europa se sentem de novo atraídos por ideologias totalitárias que prometem sistemas ideais, progresso e ordem. Mas na realidade só oferecem opressão porque têm pouco respeito pela liberdade ou pelos laços de solidariedade que mantêm unida uma sociedade livre» — esta é a última interferência, em relação à Itália, de um dirigente de um país do Mercado Comum, o primeiro-ministro belga Leo Tindemans.

Galardoado pelo seu contributo para a «integração europeia», Leo Tindemans ilustrou assim mais uma vez a capacidade dos porta-vozes do capital para inverter os factos. Da referência à Segunda Guerra Mundial, não surge a condenação do nazismo, mas do socialismo vitioso, não surge a condenação da guerra, mas daqueles mesmos que foram barreira à guerra, que hoje como então abrem e consolidam os caminhos da paz.

As palavras de Leo Tindemans apontam também para uma das preocupações centrais dos parceiros do Mercado Comum e da NATO, aliás bem clarificados nos pontos da agenda da sessão da Primavera da Assembleia Atlântica: situação política em Portugal e Espanha, situação político-militar no Médio Oriente, «o poder e influência da URSS», «o controlo de armamentos», «a cooperação europeia em matéria de armamentos», «a aplicação dos acordos de Helsinquia», o papel dos partidos comunistas na Europa Ocidental, a livre circulação de informação e a situação económica dos países aliados. Pontos estes que naturalmente serão vistos sob a óptica capitalista — nada consentânea com o verdadeiro espírito de Helsinquia.

A agressividade latente do mundo capitalista não tem entretanto podido impedir que se vão concretizando medidas favoráveis ao estabelecimento de um real clima de coexistência pacífica. Referindo o tratado limitando a intensidade das explosões nucleares para fins pacíficos, há dias assinado simultaneamente em Moscovo e Washington, o jornal soviético «Izvestia» comenta: «O novo acordo soviético-americano confirma a verdade absoluta que na era nuclear não pode haver alternativa razoável para a coexistência pacífica. Este acordo mostra que mesmo nas condições actuais em que alguns dos países ocidentais tentam travar o processo de distensão internacional se podem resolver problemas muito complexos que tocam importantes problemas nacionais».

As crescentes preocupações que o mundo capitalista vem a manifestar, em particular com as próprias movimentações que se registam no seu seio — têm fundamentos de sobre. Para além de reacções de vincadíssima ingerência nos problemas internos dos outros países, a reacção internacional tem igualmente manifestado tal preocupação com outros tipos de tentativas de inversão do curso dos acontecimentos. Em Itália, por exemplo, é notório o incremento do terrorismo. Há alguns dias apenas, o jovem militante comunista Luigi di Rosa foi assassinado por neofascistas, ao terminar o comício eleitoral do deputado neofascista Sandro Saccucci.

Entretanto, as massas trabalhadoras têm marcado a sua inequívoca posição de defesa dos seus interesses de classe, na luta por um mundo melhor. Cerca de cinco milhões de trabalhadores italianos entram esta semana em greve em apoio das suas reivindicações sobre a renovação dos contratos colectivos de trabalho. Para o dia 4 de Junho estão também previstas greves em numerosos sectores, incluindo o bancário, 220.000 empregados, madeireiro e mobiliário, com mais de 400.000 trabalhadores, têxtil e sapataria, um milhão de trabalhadores. Os 1900 delegados ao 37.º Congresso da CFTD, em França, afirmaram o inequívoco desejo de unidade dos trabalhadores franceses, o seu espírito anti-imperialista, rejeitando por esmagadora maioria uma moção que pretendia institucionalizar o direito de tendência, é expulsando da sala de trabalhos o adido de trabalho da Embaixada dos Estados Unidos, que tinha sido convidado pelo Bureau Nacional desta central sindical.

Também no campo das suas relações com os países em vias de desenvolvimento, o imperialismo tem vindo a somar derrotas. A Conferência da UNCTAD (Conferência das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento), reunida em Nairobi, rejeitou a proposta norte-americana que previa a criação de um banco de recursos internacionais, aprovando paralelamente um programa para a reorganização do mercado mundial dos produtos primários, incluindo a estabilização de preços e aliviando as responsabilidades dos empréstimos e dívidas das nações em vias de desenvolvimento. O banco de recursos — principal proposta de Kissinger — tinha como objectivo canalizar investimentos privados em larga escala para projectos de aproveitamento de recursos de elevado custo no «Terceiro Mundo», tais como a exploração de minérios de ferro e metais não ferrosos. A tentativa feita pelos Estados Unidos para anular uma resolução que preconiza o controlo das actividades das multinacionais, foi igualmente derrotada.

Sempre e onde a sua capacidade de manobra ainda não foi aniquilada, o imperialismo esforça-se por infligir a evolução dos acontecimentos a seu favor.

As tentativas de criação de um clima de paz, base de solução para a gravíssima fase política que o Líbano atravessa neste momento, têm sido sistematicamente sujeitas a investidas da direita. Face à persistência dos esforços do presidente eleito Sarkis, conjuntamente com dirigentes da esquerda libanesa, nomeadamente o dirigente socialista Kamal Jumblatt, para planear um cessar-fogo que torne possíveis conversações de paz, a direita bombardeia o aeroporto de Beirute, desencadeia uma onda de assassinios e de raptos. No último fim-de-semana — um dos mais sangrentos da guerra civil iniciada há 14 meses — morreram 200 pessoas em Beirute e nos seus subúrbios. Nos bombardeamentos a direita utilizou mísseis terra-terra.

Na África e na Europa, uma acentuada luta de classes envolvendo variadas expressões põe em causa velhos fundamentos e lança na ordem do dia perspectivas aliantes para os seus povos. É aí que o imperialismo se sente particularmente instável. Joga num Líbano em convulsão, no divisionismo entre as forças guerrilheiras na Rodésia e entre estas e países que constituem seu apoio fraterno e natural, como a República Popular de Moçambique. Lança-se em perigosas ingerências nos países da Europa capitalista. Na Ásia esforça-se por manter focos de tensão e de provocação, como a Coreia do Sul. Na América Latina reforça brutalmente a repressão sobre povos caçados na luta anti-imperialista.

Serão vão os seus esforços. Mas requererem a reforçada solidariedade entre as massas trabalhadoras de todo o mundo.

Segurança e cooperação na Europa: uma política externa de independência nacional; o desenvolvimento económico observado à luz dos ideais democráticos e progressistas; as relações com os países africanos recentemente libertados do jugo colonialista português e a solidariedade internacionalista entre todos os povos, constituíram os temas principais abordados durante os trabalhos da 1.<sup>a</sup> Assembleia da Paz, realizada nos últimos dias em Lisboa por iniciativa do Conselho Português para a Paz e a Cooperação.

Durante a Assembleia — órgão máximo do CPPC — que reuniu no anfiteatro da Biblioteca Nacional,

estiveram presentes um representante do ministro da Cooperação, comandante Vitor Crespo, os embaixadores acreditados em Lisboa da Guiné-Bissau e de Cabo Verde, e ainda representantes do Conselho Mundial da Paz de França, Holanda, União Soviética, Polónia, República Democrática Alemã, Itália, Inglaterra, Estados Unidos, Hungria, Bélgica, Bulgária e Finlândia.

Na sessão inaugural, presidida por Maria Lamas, e em que participaram cerca de duas centenas de militantes do CPPC, Silas Cerqueira sublinhou que «a força internacional do movimento para a paz, que não é nem

pretende ser um partido político, ou um grande movimento de massas, reside em três grandes factores: na justiça dos princípios que defendem, na acção unitária que tem vindo a desenvolver no espírito internacionalista que tem demonstrado».

### COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

Mais adiante, Silas Cerqueira recordou as grandes linhas de acção do movimento, indicando nomeadamente, a luta dos povos pela segurança, estabilização e cooperação europeias, pela independência nacional e pela solidariedade internacional.

Tecnologia de Coimbra, o colóquio para a paz no Médio Oriente e de apoio militante aos povos árabes, que durante três dias reuniu algumas personalidades ligadas ao movimento internacional da paz e ao mundo árabe.

Esta iniciativa do CPPC, que registou uma larga presença de público, principalmente estudantes, contou também com o apoio do Conselho Mundial da Paz e com a colaboração das Faculdades de Direito, Economia e Ciências e Tecnologia de Coimbra.

Na sessão da manhã, o dr. Joaquim Gomes, em representação da Faculdade de Direito, falou sobre «a situação criada pela agressão imperialista e

imperialismo e a reacção, o conflito do Médio Oriente continua a ser o fulcro mais perigoso de deflagração de guerra, capaz de pôr em perigo a Paz mundial, o desanuviamento internacional e a cooperação económica internacional e de provocar sofrimentos e massacres de povos como já se verificou durante o ataque militar de agressão ao Líbano».

«Os participantes no colóquio condenam vigorosamente «a política israelita de estabelecimento de colónias judaicas de povoamento nas regiões árabes ocupadas e a política de anexação de outros territórios árabes, desprezando as resoluções da ONU e os princípios internacionais».

Uma moção referente à guerra do Líbano, qualifica este conflito como sendo «a expressão das manobras dos elementos fascistas e reacccionários a soldo do imperialismo internacional em geral, e dos imperialismos americano e francês em particular, que tentam opor-se a qualquer evolução democrática da situação no Líbano, procuram elevar uma barreira entre as forças patrióticas e progressistas do Líbano e a OLP e destruir a unidade e a integridade do país, desviando a atenção dos povos árabes daquilo que se passa nos territórios ocupados».

Entretanto, foram enviadas ao governo de Israel e de Portugal, e ao secretário-geral da ONU Kurt Waldheim, telegramas de protesto pelas violações aos direitos humanos cometidos pelas forças militares israelitas naquele território.

Em conferência de imprensa foram também reveladas as conclusões do colóquio, as quais podem ser assim sintetizadas:

Depois da vitória do povo do Vietname sobre o imperialismo e a reacção, o conflito do Médio Oriente continua a ser o fulcro mais perigoso da deflagração da guerra, capaz de pôr em perigo a paz mundial, o desanuviamento internacional, a estabilidade e a cooperação económica internacional e de provocar sofrimentos e massacres de povos; a continuação da crise do Médio Oriente agrava a tensão na bacia do mediterrâneo e provoca rupturas — esmagamento — na luta dos povos pela paz, segurança e cooperação de todos os povos e Estados daquela região. No que diz respeito a esta questão, o colóquio encara com a maior preocupação as actuais notícias de que Israel possui já mísseis americanos capazes de lançar

armas nucleares, e de que chegou a um acordo com o «Apartheid» da África do Sul para o seu fabrico, apelando para um acordo internacional que garanta a todos os Estados dos países mediterrâneos o cumprimento do tratado internacional sobre a não proliferação de armas nucleares e de que o Médio Oriente deve ser uma zona não nuclear.

### SEMINÁRIO SOBRE «SEGURANÇA E COOPERAÇÃO EUROPEIA»

Também por iniciativa do Conselho Português para a Paz e Cooperação realizou-se na Fundação Calouste Gulbenkian um Seminário Internacional pela Aplicação dos Acordos de Helsinquia sobre Segurança e Cooperação Europeia.

Esta jornada, que terminou antigamente, contou com o patrocínio e participação da Comissão Internacional sobre Segurança e Cooperação Europeias e da Universidade de Lisboa.

O seminário, que teve por objetivos principais a aplicação dos Acordos de Helsinquia, o desanuviamento na Europa e dar uma contribuição para a aproximação entre o povo português e os povos de toda a Europa, iniciou-se às 9 e 30 da passada segunda-feira, com as intervenções do camarada Jean Téppe, vice-presidente do Partido Comunista Belga, o prof. Barahona Fernandes, reitor da Universidade de Lisboa, Vitor Lacombe, membro do Bureau Político do PS Belga, o prof. Henrique de Barros e o ministro da Educação e Investigação Científica, major Vitor Alves.

O colóquio prosseguiu à tarde, tendo sido abordados vários temas, entre os quais se destacou o balanço da difusão e da aplicação dos acordos de Helsinquia e os obstáculos e perspectivas de desanuviamento no continente europeu.

Entre os vários oradores, falou o camarada Dimitri Bratnov, do Comité Central do Partido Comunista da Bulgária, e vice-presidente do Comité Permanente dos Negócios Estrangeiros, que referiu o papel negativo desempenhado pelos círculos agressivos do imperialismo dos monopólios de guerra que, pretendendo o reforço do velho mundo capitalista, vão acumulando, incessantemente, rimas de armamento.



Nos últimos dias foram recebidos na sede do Comité Central do PCP representações do Partido Comunista da Jordânia, da Organização de Libertação da Palestina (OLP), do Partido do Progresso e do Socialismo de Marrocos, do Partido Comunista de Israel e do Conselho Egípcio para a Paz que visitaram Portugal a fim de participarem no Colóquio para uma Paz justa no Médio Oriente promovido pelo CPPC. Nas conversações realizadas, a que estiveram presentes os camaradas Álvaro Cunhal, Carlos Costa e Albano Nunes, foi sublinhada a solidariedade recíproca entre o PCP e as organizações representadas, assim como o interesse no desenvolvimento das relações de amizade entre os povos.

baseada na amizade entre os trabalhadores de todo o mundo.

Além das delegações já mencionadas, estiveram também presentes na sessão de abertura da 1.<sup>a</sup> Assembleia da Paz enviados do Partido Socialista Árabe «Baath», do Comité Central da Organização da Libertação da Palestina (OLP) e do Iraque.

«A luta contra o imperialismo português — frisou Silas Cerqueira — transformou-se hoje, nas novas condições criadas pelo 25 de Abril, na luta pela defesa e consolidação dos laços fraternais que nos devem unir aos novos países de África, agora libertos».

Santos Simões, que também falou na sessão inaugural da Assembleia, referiu que «a paz não é apenas a ausência de guerra; a paz é a luta constante contra a miséria, a fome, o desemprego, o racismo, e o imperialismo».

Na sessão de sábado à tarde foram eleitas para a presidência de honra do Conselho Português para a Paz e Cooperação oitenta e seis personalidades ligadas aos meios políticos, sociais e religiosos do nosso país. Desta lista fazem parte nomes como Kalidás Barreto, Luís de Albuquerque, Orlando de Carvalho, Teixeira Ribeiro, Caralona Fernandes, Fernando Pitara Santos, Jacinto do Prado Coelho, Maria Eugénia Varela Gomes, Armando de Castro, José Morgado, Oscar Lopes, Rui Luis Gomes, monsenhor Soares Martins, Helder Madeira, José Gomes Ferreira, Henrique de Barros, Fernando Lopes Graça, Vasco Magalhães Vilhena, Maria Velho da Costa, Mário Bruxelles, Gaspar Teixeira.

Entretanto, esta eleição será completada na próxima sessão da Assembleia do CPPC.

### COLÓQUIO PARA A PAZ NO MÉDIO ORIENTE

Entretanto, terminou no passado dia 28, à noite, no auditório da Faculdade de Ciências e

israelita no Médio Oriente à luz do direito internacional e o papel político e diplomático de Portugal».

Seguidamente, o jornalista soviético, camarada Georgi Ratniani, da secção de política internacional do «Pravda», órgão central do Partido Comunista da União Soviética, e que representa o Comité Soviético para a Paz, proferiu uma palestra subordinada ao tema «Repercussão global da situação do Médio Oriente, especialmente no que diz respeito à segurança e cooperação europeia e à região mediterrânea».

A declaração final afirma que «depois da heroica resistência do povo do Vietname sobre o

### EVOcando O TARRAFAL

Domingo reuniram-se no restaurante do Mercado do Povo, em Belém, dezenas de ex-prespos antifascistas do Campo de Concentração do Tarrafal, acompanhados de familiares.

No almoço-conívio, foram trocados abraços de amizade e houve lágrimas em muitos olhos. Foram recordados os duros tempos passados nesse campo de morte e foi guardado um minuto de silêncio em homenagem aos que ficaram para sempre nesse antro de expressão fascista.

Todos afirmaram o propósito de continuar a luta pela qual se sacrificaram as vítimas do Tarrafal.



# ANGOLA E UNIÃO SOVIÉTICA REFORÇAM LAÇOS DE COOPERAÇÃO

## A viagem de Lopo do Nascimento à URSS, traduziu-se no reforço dos laços de solidariedade entre o PCUS e o MPLA, no estabelecimento, pela primeira vez, de relações entre Estados, consagrando as de há muito existentes entre os dois povos

«As estreitas relações que ora existem entre nós, não começaram hoje mas há quase 20 anos, desde a formação do MPLA, sob cuja direcção o povo angolano começou a preparar-se para a luta armada contra o regime colonial e fascista português, em prol da libertação nacional e dum a independência completa» afirmou o camarada Lopo do Nascimento, primeiro-ministro da República Popular de Angola, no decurso da sua estadia na União Soviética.

A cooperação política entre a URSS e a República Popular de Angola formou-se no decurso de intervenções solidárias em diferentes encontros internacionais contra os crimes do imperialismo. A cooperação económica começou muito antes do derrube do colonialismo, quando o povo soviético enviava ao povo angolano mercadorias indispensáveis para o êxito da sua luta e para o lançamento das bases de uma nova vida

nas regiões libertadas. A cooperação cultural remonta aos tempos em que o MPLA enviou o primeiro grupo de jovens angolanos para estudar na URSS.

Hoje, os contactos entre os dois países passaram a uma etapa qualitativamente nova. Não se trata já de laços solidários entre um povo em luta pela sua libertação e um Estado que é sustentáculo de todos os combatentes da liberdade. Já não é preciso vencer as barreiras de que o colonialismo eriçou as fronteiras. Hoje, entre Angola e a URSS, pela primeira vez na sua história, estabelecem-se relações estre e solidárias.

A visita de Lopo do Nascimento à URSS contribuiu para o estreitamento das tradicionais relações amistosas entre o PCUS e o MPLA.

No encontro registado entre Brejnev, secretário-geral do CC do PCUS, e Lopo do Nascimento, foi destacada a comunhão de pontos de vista

entre o MPLA e o PCUS sobre as principais questões internacionais. Foi salientada a relevância histórica da coesão entre o socialismo mundial e as forças de libertação nacional, na sua luta conjunta por um aprofundamento da distensão, pelo fortalecimento da paz, pela democracia e a liberdade dos povos.

Tanto as conversações soviético-angolanas e a assinatura de toda uma série de acordos, com o encontro de Brejnev e Lopo do Nascimento revelam o desejo mútuo de continuar a fortalecer relações multiformes entre o PCUS e o MPLA, desenvolvendo por todos os meios possíveis a amizade e a cooperação entre a União Soviética e a República Popular de Angola.

As conversações versaram em particular a orientação do ulterior desenvolvimento da cooperação soviético-angolana nos diversos domínios, e questões relacionadas com a consolidação da paz e da segurança internacional dos

povos e com a luta dos povos do continente africano contra as sobrevivências do colonialismo e do racismo, pela aceleração do progresso social dos Estados que se libertaram.

A visita de Lopo do Nascimento à URSS insere-se na linha definida no último Congresso do PCUS — em que foi confirmada a decisão dos comunistas soviéticos de continuar a desenvolver e reforçar os laços de amizade com os estados africanos independentes e a ajudar no seu processo de libertação de todos os que ainda vivem sob jugo estrangeiro. O XXV Congresso do PCUS apontou como uma das tarefas internacionais mais importantes a liquidação completa de todas as sobrevivências do sistema de opressão colonial, da violação da igualdade de direitos e da independência dos povos e de todos os focos do colonialismo e do racismo.

EDIÇÕES «AVANTE!»: DOIS ANOS DE ACTIVIDADE LEGAL

150 títulos e um total de dois milhões e trezentos mil exemplares: uma contribuição importante para o processo democrático

As Edições «Avante!» assinalaram no passado fim-de-semana o segundo aniversário da sua existência legal. Do programa comemorativo destacaram-se a conferência de imprensa, que se realizou no pavilhão da Feira Popular, onde esteve patente uma exposição de edições executadas durante os anos do fascismo e a reconstituição de uma tipografia clandestina, e o Encontro promovido na passada segunda-feira com os leitores das Edições «Avante!» na Voz do Operário, que foi presidido pelo camarada Dias Lourenço, da Comissão Política do Comité Central do PCP e director do nosso jornal. O camarada Francisco Miguel, do CC, esteve também presente nesta sessão.

Na passagem do segundo ano de actividade na legalidade, a Editorial «Avante!» promoveu no passado dia 28 no seu stand da Feira Popular uma conferência de imprensa que registou escassa presença de órgãos de informação.

Presentes na mesa os camaradas Vítor Branco, Francisco Melo, José Oliveira, Maria Antónia Dimas, João Loureiro, António Pinho e Fernanda Castro.

O encontro com os órgãos de Comunicação Social teve como um dos objectivos mais salientes anunciar os resultados destes dois anos de intenso trabalho editorial e os planos que se desenham no futuro.

Assim, foi apresentado um documento onde se referia a dado passo.

«As edições «Avante!» têm um longo passado de trabalho abnegado e heroico ao serviço do povo português. Ferocemente perseguidas pela polícia fascista, renasciam de cada golpe sofrido. Nem a tortura nem a morte conseguiram impedir que a palavra livre e libertadora, a palavra de luta contra a miséria, a injustiça e a opressão impressa com a sua marca, circulasse entre as mãos da classe operária, do povo trabalhador, de todos os anos de intenso trabalho editorial e os planos que se desenham no futuro.

AS EDIÇÕES «AVANTE!» NO PROCESSO REVOLUCIONÁRIO «Não admira — prossegue — que as Edições «Avante!», saídas para a luz do dia com o 25 de Abril, rumo ao socialismo. Se o não tivessem sido, a tiragem total desses 150 títulos não teria atingido os dois milhões e trezentos mil exemplares! Se os nossos leitores nos permitiram atingir tais números foi porque...

A PRODUÇÃO EDITORIAL Mobilizar as massas trabalhadoras para a acção, formar revolucionários, combater a reacção, defender as conquistas do processo democrático — tais são os objectivos prioritários da...

nossa Editorial. No entanto, não tem sido fácil concretizar estes propósitos.

«Um processo revolucionário complexo e irregular como o que temos vivido põe dia-a-dia novos problemas, altera as prioridades. É difícil acertar o passo da produção editorial — produção sempre morosa — pelo ritmo das exigências das situações, em constante modificação. Daí as inevitáveis carências e insuficiências do nosso trabalho, das quais temos consciência.»

«Julgamos, no entanto, que a centena e meia de títulos que editámos nestes dois anos (mais de um título por semana) foram um contributo válido para todos quantos estão empenhados nas transformações democráticas...

Depois de situar a actividade da Editorial no processo democrático nacional, o documento sublinha que a contribuição fornecida pelas Edições «Avante!» visou essencialmente os seguintes objectivos:

a) — O esclarecimento de amplas massas populares, vítimas de meio século do mais primitivo obscurantismo; b) — A formação política de dezenas e dezenas de milhar de novos militantes do Partido, formação tanto mais necessária quanto a originalidade e a complexidade do processo revolucionário português exigiam e exigem a par da firmeza nos princípios, uma grande capacidade de adaptação às situações concretas, exigências estas a que, só uma sólida preparação político-ideológica permite responder;

c) — O Combate ideológico para subtrair as massas populares à propaganda dos inimigos da Revolução e ao domínio da ideologia burguesa que, como Lenine ensinou, continua ainda por muito tempo, mesmo depois de destruídas as relações de produção de que são expressão, a ser a ideologia dominante.»

soubemos na medida do possível corresponder aos seus interesses, interesses diversos porque correspondem a camadas económica, social e culturalmente diferenciadas.»

A CULTURA AO SERVIÇO DO POVO

Depois de referir que as Edições «Avante!», porque editora de um Partido de massas e ao serviço dessas mesmas massas, vieram revolucionar o mercado tradicional do livro, quer quanto ao público que quanto aos circuitos de distribuição e venda, salienta que «os nossos livros ultrapassaram o reduzido âmbito da pequena burguesia com acesso à cultura, e saíram das estantes...

Dentro deste esquema, julgamos as camaradas responsáveis pelas Edições «Avante!» ser necessário o desenvolvimento dos esforços que possibilitem as condições económicas e de trabalho para a elaboração, por encomenda, de obras que se debucem sobre a problemática nacional nos seus múltiplos aspectos e a atribuição de prémios como incentivo à elaboração de obras relacionadas com a luta unitária das massas trabalhadoras do nosso país pela democracia e o socialismo, nas suas diferentes manifestações.

«Destes prémios — prossegue o documento — cuja atribuição tomamos agora pública, um deles destinaram-se à autores que editam obras pela primeira vez e que não terão assim que se sentir inibidos como se poderiam sentir se concorressem juntamente com...

nenca conseguiu abater a actividade revolucionária do PCP e do seu «Avante!»

Como exemplo do trabalho abnegado e corajoso dos militantes que ergueram durante o fascismo o nosso jornal, frisou que «na altura da Guerra Civil espanhola, e no ascenso do nazi-fascismo, o órgão central do Partido Comunista Português chegou a publicar 20 000 exemplares clandestinos.»

«E quando tudo parecia que se ia perder, quando se pensava que a humanidade iria voltar para trás mais de cem anos, quando as hostes nazis avançavam no Cáucaso, o «Avante!» voltou a cumprir as suas tarefas indicando ao povo as perspectivas, divulgando notícias, apontando as tarefas do momento na luta contra a opressão», sublinhou Dias

pelos camaradas ligados à Editorial.

Para que «o livro possa desempenhar o papel que lhe cabe no combate ideológico» — uma das tarefas fundamentais da Revolução — será necessário:

a) Desenvolver a assistência aos Centros de Trabalho, melhorando os serviços de distribuição, de controlo, de exposição e de venda das publicações do Partido; b) Dinamizar e multiplicar as Livrarias sob a nossa gestão com o objectivo de diversificar e alargar a influência do Partido;

c) Intensificar as vendas pelo sector comercial mediante um trabalho de prospeção e assistência sistemática, acompanhado de campanhas publicitárias adequadas, de modo a assegurar que os nossos livros cheguem também ao público que frequenta as livrarias;

d) Incentivar, apoiar e divulgar todas as iniciativas de venda das nossas publicações (e essas iniciativas são já muitas e variadas) nas fábricas, nas ruas, nos locais de trabalho, de porta em porta;

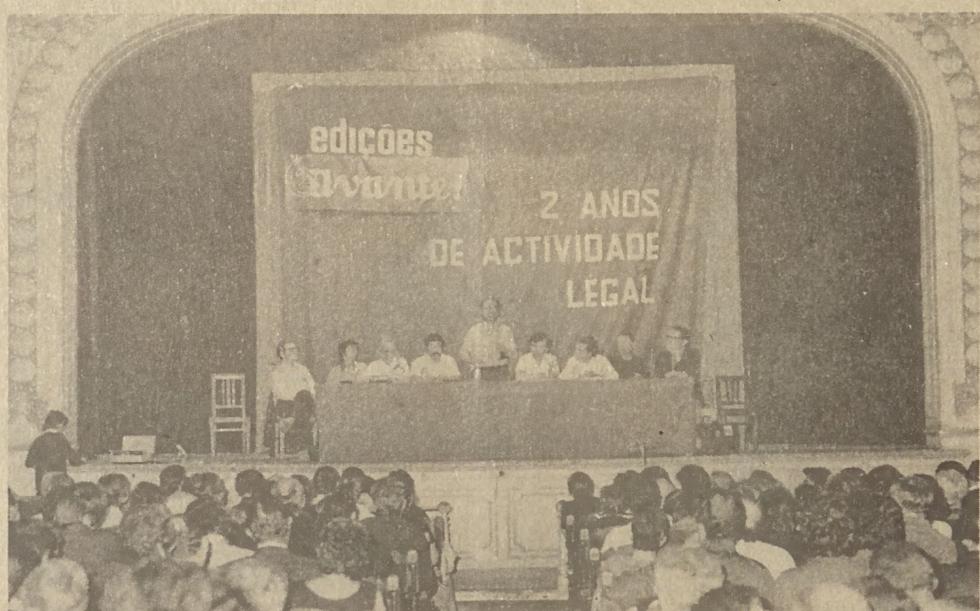
e) Aproveitar de modo sistemático e criador todas as realizações de massas, desde sessões de esclarecimento e comícios, até feiras e festas populares.»

Já no final da sua intervenção, o

camarada Francisco Melo revelou que «iremos desenvolver esforços para promover, com carácter regular, sessões de apresentação dos materiais e debates com base neles e com o apoio do sector intelectual do nosso Partido.

«O combate ao anticomunismo — concluiu — conteúdo fundamental da ideologia burguesa e da dos seus seqüezes pequeno-burgueses (que lhe fornecem os temas e as palavras de ordem com que ela renova o seu vocabulário já estafado e assim incapaz de desviar as massas da sua adesão cada vez mais ampla e entusiástica aos ideais luminosos do socialismo e do comunismo), está no centro dos nossos esforços. A nossa actividade de produção de materiais para essa luta, a qual intensificaremos, é já em si mesma um contributo. Mas pretendemos dar um maior alcance à nossa contribuição.»

A finalizar o Encontro das Edições «Avante!» com os seus leitores travou-se um vivo diálogo, durante o qual foram colocadas várias questões relativas à actividade clandestina e ao futuro, e se apresentaram sugestões, que se referiram igualmente ao jornal «Avante!». Neste período de perguntas e respostas falou também o camarada Francisco Miguel.



O camarada Dias Lourenço durante a sua intervenção na Voz do Operário

das livrarias para a banca na rua e à porta do comício, para o local de trabalho e para a barraca de feira e de festas populares; subiram ao povo!»

Antes de se referirem às linhas de orientação do trabalho futuro, os camaradas traçaram uma perspectiva sintetizada da produção editorial nestes dois anos de actividade legal. Sublinhando que o trabalho até agora executado terá de ser ampliado, o documento salienta que «estamos no princípio da edição das obras dos clássicos do marxismo-leninismo e de obras de divulgação deste, único guia capaz de levar a classe operária e todos os trabalhadores à sua completa libertação e em que o nosso Partido baseia a sua actividade; estamos no princípio na edição de materiais referentes à gloriosa história do nosso Partido, realização da classe operária e do povo trabalhador de Portugal; estamos no princípio da publicação de materiais que transmitam por diversas formas as posições, orientação e actividade do Partido na defesa intransigente dos interesses dos trabalhadores e das conquistas da Revolução: a Reforma Agrária, as nacionalizações, o controlo operário; estamos no princípio na divulgação dos objectivos que o Partido propõe ao povo português na sua luta pela liberdade, pela democracia e pela independência nacional; estamos no princípio no combate à ideologia do imperialismo e do capitalismo nas suas diversas manifestações, que procuram desviar as massas trabalhadoras do seu Partido de vanguarda, enfraquecendo-las por manobras de diversão ideológica e por manipulações divisionistas, inculcando-lhes preconceitos e verdadeiros reflexos anticomunistas pela provocação, pela calúnia e pela violência; estamos no princípio na transmissão da experiência acumulada pelo movimento comunista e operário internacional e das realizações dos países socialistas, fonte de ensinamento e de confiança para todos quantos lutam pela liquidação da exploração do homem pelo homem, pela paz e pelo socialismo.»

os consagrados; outro destinaram-se à autores já com obra publicada.»

No decorrer da conferência de imprensa, os camaradas responsáveis pelas publicações comunistas referiram que as Edições «Avante!» já receberam dois prémios de alto significado, atribuídos, nomeadamente pela Associação de Jornalistas da URSS e pela Associação de Editores e Livreiros do Porto, por ocasião da Feira do Livro. Este último prémio, agora revelado, denomina-se «Soeiro Pereira Gomes» e foi atribuído à obra «Até Amanhã Camaradas», de Manuel Tiago.

Na sequência da conferência de imprensa, foi ainda revelado que a Editorial «Avante!» prepara para breve o lançamento de uma nova antologia de autores portugueses, que terá por título «Escrita e Combate».

Também se enuncia a possibilidade de desenvolver, num futuro próximo, as publicações literárias; para além das obras doutrinárias que se publicam normalmente e que constituem a grande percentagem dos lançamentos.

ENCONTRO COM OS LEITORES Na passada segunda-feira, à noite, no salão da Voz do Operário, realizou-se uma sessão pública, que contou com a presença do camarada Dias Lourenço.

Faz hoje, 21 de Maio de 1976, precisamente dois anos que foi publicado o primeiro volume legal da Editorial «Avante!», o programa do nosso Partido, do Partido Comunista Português. E se foi possível que tal acontecesse precisamente um mês e cinco dias depois do 25 de Abril foi porque o PCP era o único Partido político que na altura tinha programa», afirmou o camarada Vítor Branco, administrador das Edições «Avante!», na abertura do encontro com os leitores. A seu lado encontravam-se os camaradas Francisco Melo, José Oliveira, Maria Antónia Dimas, Álvaro Pina, João Loureiro, António Pinho e Fernanda Castro.

Falou em seguida o camarada Dias Lourenço, que traçou uma perspectiva de 40 anos de actividade clandestina das Edições do nosso Partido, a cuja vida e expansão se encontram ligados nomes como Maria Machado, José Moreira, Luís Paulo, Joaquim Rafael e muitos outros heróis da resistência contra a ditadura.

«As mãos que fizeram o «Avante!» clandestino também fizeram os exemplares dos folhetos e de outras publicações editadas, clandestinamente, pelo nosso Partido», disse o camarada Dias Lourenço, que acentuou a importância fundamental não só do jornal «Avante!», mas também das outras edições (excertos e obras dos clássicos, textos dos congressos, comunicados, etc. tudo feito dentro do nosso país, nas mais duras e difíceis condições) «para o amadurecimento da classe operária e para a consciencialização dos trabalhadores durante a luta contra o fascismo».

Ao assinalar alguns episódios do combate contra a ditadura, o camarada Dias Lourenço referiu que durante os anos da ferocidade máxima do salazarismo, a policia política tentou desesperadamente «esmagar tudo, esmagar todos os focos de resistência popular, mas

interrupido pelos fortes aplausos da assistência que ocorreu à Voz do Operário.

A história de um povo é a história da sua luta. Nenhum historiador pode fazer a história do nosso país e do nosso povo durante o fascismo sem consultar as páginas do «Avante!» — concluiu.

DESENVOLVER O TRABALHO EDITORIAL

Antes de ser passada a palavra ao camarada Francisco Melo, que falou da actividade desenvolvida pelas Edições nestes dois anos de legalidade, foram lidas duas saudações enviadas respectivamente pelo jornal «Rude Pravo» e pela UEC.

«Para o colectivo das Edições «Avante!» — sublinhou Francisco Melo —, o seu trabalho e as suas preocupações não terminam quando os livros saem da tipografia. Faz parte constitutiva desse trabalho e dessas preocupações que o livro cumpra a missão a que se destina e só pode cumprir-la se chegar aí onde é necessário, se for lido, se for confrontado e utilizado na prática política do dia a dia.»

Relativamente à difusão das nossas edições, foi apontado o esquema de trabalho que num futuro próximo será empreendido

MORTE DE UM CAMARADA

Acompanhado pelos camaradas, companheiros e amigos, foi a enterrar o nosso querido camarada Ramiro da Silva Grilo, membro do Conselho de Trabalhadores da ACTA, da Comissão de Moradores do Bairro dos Marinheiros e da Junta de Freguesia da Quinta do Anjo. Numa grande manifestação de pesar, a que o «Avante!» se associa, o corpo foi velado na Igreja Nova de Almada, donde saiu para Santo António da Charneca no Barreiro. A família enlutada o colectivo do «Avante!» apresenta sentidos pésames.

SESSÃO DOS BANCÁRIOS

O organismo dos trabalhadores bancários de Lisboa do PCP promove hoje, quinta-feira, às 21 horas, na «Voz do Operário», uma grande sessão de esclarecimento sobre a situação política actual. Apelo para a participação de todos os interessados, os camaradas bancários anunciam a presença na sessão de um membro da Comissão Política do Comité Central do PCP.

FESTA NA AMADORA Por iniciativa das organizações locais do PCP, no Jardim da Amadora decorrerá amanhã, sexta-feira, com início às 21,30 uma festa popular com canto livre, uermessa, fogo preso, bares, bancas e mingericos.

REFORÇO DAS RELAÇÕES ENTRE O PCP E O PARTIDO COMUNISTA GREGO

Fiéis aos princípios do marxismo-leninismo e do internacionalismo proletário, o PCG e o PCP reforçam os laços que os unem. A visita efectuada à Grécia pelos camaradas Joaquim Gomes e Francisco Miguel decorreu numa atmosfera fraternal e amigável

A convite do Comité Central do Partido Comunista Grego deslocou-se à Grécia uma delegação do Comité Central do Partido Comunista Português, composta pelos camaradas Joaquim Gomes, membro da Comissão Política e do Secretariado do CC, e Francisco Miguel, membro do Comité Central do PCP.

No decorrer da sua permanência naquele país, a delegação do CC do PCP encontrou-se com uma delegação do CC do Partido Comunista Grego chefiada pelo primeiro-secretário do CC do PCG, camarada Florakis.

A fim de recolher as impressões desta visita à Grécia, o «Avante!» contactou com o camarada Joaquim Gomes, que salientou o bom acolhimento dispensado pelos camaradas gregos à delegação dos comunistas portugueses. Referindo-se à situação naquele país e ao papel desempenhado pelo Partido Comunista Grego, disse o camarada Joaquim Gomes:

«A situação confusa provocada pela existência de dois partidos que usam a designação de comunista está em vias de ser superada, apesar de ter, até agora, causado muitas dificuldades. Por aquilo que nos foi dado observar, a situação tende a esclarecer-se e isto por duas razões fundamentais: por um lado, naturalmente que estes períodos de confusão tendem sempre a desfazer-se com o próprio tempo e, especialmente, com o acerto da política do Partido Comunista Grego, que, mais a mais, vai ganhando para as suas fileiras fortes posições, não só entre a classe operária — o que é essencial — como entre a juventude — o que também não é menos importante. Por outro lado, por um chamado partido comunista do interior vai caindo em posições revisionistas e diluístas cada vez mais acentuadas.»

REFORÇO DAS RELAÇÕES

Salientando a cordialidade e a fraternidade de todo o acolhimento dispensado à nossa delegação pelos comunistas gregos, o camarada Joaquim Gomes acentuou:

«A solidez das nossas relações com o Partido Comunista Grego e o seu reforço baseiam-se no facto de ambos os partidos se guiamem pelos princípios do internacionalismo proletário, de ambos serem fiéis aos princípios marxistas-leninistas, bem como nas boas relações que ambos os

partidos mantêm com o Partido Comunista da União Soviética.»

Acerca do modo como decorreu a visita, o camarada Joaquim Gomes disse ainda: «Quando chegámos à Grécia, no dia 24 à noite, estava em curso uma greve geral do proletariado grego, com expressão especial em Atenas, contra um projecto de decreto que estava a ser discutido pelos deputados limitando e praticamente anulando o direito à greve.

«E os operários responderam — prosseguiu — decretando a greve geral, com grandes manifestações de trabalhadores. Esta greve prolongou-se por três dias. No segundo dia os esquerdistas aproveitaram-se da situação para fazerem provocações à polícia e isso deu origem a grandes desordens no centro de Atenas, com barricadas, uma cidade verdadeiramente em rebelião, cheia de gases lacrimogéneos.»

Salientando que, ao longo dos anos o proletariado grego tem travado duras lutas em defesa dos seus interesses, sublinhou o camarada Joaquim Gomes: «A participação dos comunistas nestas lutas é, de facto muito grande, o que demonstra a implantação do PCG junto das massas trabalhadoras.»

SOLIDARIEDADE COM O PCP

Referindo-se ao comício da juventude comunista que se realizou no Teatro Municipal do Piréu, Joaquim Gomes declarou-nos:

«Vários milhares de jovens, quando entrámos no teatro, saudaram-nos entusiasmadamente aos gritos de PCPI, PCPI! uma extraordinária demonstração de solidariedade da juventude.»

Acentuando o grande conhecimento demonstrado pela juventude e pelos comunistas gregos acerca da situação no nosso país, o camarada Joaquim Gomes passou a referir o extremo interesse sobre a situação portuguesa e a política do nosso Partido evidenciado ao longo dos vários contactos que a delegação manteve com diferentes personalidades da vida política grega.

«Os camaradas gregos apresentaram-nos um projecto, com o qual concordámos, para visitarmos vários políticos gregos. Este plano foi um pouco prejudicado pelos acontecimentos, mas ainda contactámos com um dirigente da União do Centro Democrático, que é o partido grego

que tem melhores relações com a social-democracia alemã.»

Referindo-se a este contacto, o camarada Joaquim Gomes sublinhou a admiração e a estranheza demonstrada pelo dirigente da União do Centro Democrático pelo facto do PS se recusar a aliar aos comunistas para a constituição de um governo de esquerda. «Explicámos-lhe a situação e a declaração do PS de não querer fazer alianças nem à esquerda nem à direita, embora, na prática seja à direita que os seus dirigentes se aliam», acentuou o camarada Joaquim Gomes.

REFORÇO DAS POSIÇÕES DO PC GREGO

O camarada Joaquim Gomes, aliás, salientou que essa mesma preocupação e estranheza foi manifestada por outros dirigentes políticos não comunistas, nomeadamente pelo primeiro-ministro em exercício quando a Junta dos coronéis deu o golpe.

«O problema da situação na Grécia é que a direita tem a maioria no Parlamento — disse mais adiante Joaquim Gomes. Creio que a situação na Grécia pode constituir uma lição para Portugal. Lá a direita não precisa de alianças com a social-democracia para estar no poder. A social-democracia está posta de lado, a direita não precisa de nós para nada.»

E prosseguiu: «O receio que se vive na Grécia é que esta maioria de direita sirva para dar cobertura a uma ditadura de direita, com uma aparência democrática. No fundo a política praticada é exactamente a mesma que a praticada pela Junta militar, embora por formas diferentes, menos violentas, mas com os mesmos objectivos.»

«São evidentes os receios que os políticos gregos têm, mesmo os políticos burgueses que as liberdades sejam suprimidas, a coberto de uma legalidade que a direita controla», acrescentou o camarada Joaquim Gomes.

Depois de ter salientado que, tal como no nosso país, os esquerdistas e os aventureiristas desempenham o mesmo papel provocatório, o camarada Joaquim Gomes concluiu: «As impressões que trazemos é de que se vive uma situação complexa, uma situação difícil em que os perigos ainda são muito grandes, mas em que há, de qualquer modo, perspectivas. O Partido Comunista Grego vai ganhando a confiança e posições cada vez mais fortes entre a classe operária e a juventude.»

PERSPECTIVAS

Através dos catálogos, da exposição que a Editorial mantém na Feira Popular ou mesmo nas bancas, pode-se observar que as Edições «Avante!» já lançaram as bases de todo o extenso e complexo trabalho que se planeia.

«O que se impõe pois, em primeiro lugar, é dar continuidade ao nosso trabalho nestas direcções fundamentais, aperfeiçoando-o, aprofundando-o e completando-o — refere o documento, que ainda aponta, neste contexto:

«Em segundo lugar, iremos intensificar com o apoio do sector intelectual do nosso Partido a acção cultural junto dos Centros de Trabalho de modo a que o livro cumpra a missão a que se destina, e que não é certamente a de ornamentar prateleiras.

«Em terceiro lugar, iremos desenvolver esforços particulares para preencher o que é, sem dúvida, uma das nossas maiores carências: a edição de obras referentes ao próprio processo revolucionário português, quer sejam de carácter literário, económico, social ou político.»

Advertisement for 'Avante!' publications. It features a large headline 'edições «Avante!» estão nas Feiras do Livro de Lisboa e Porto'. Below this, it lists various books and their prices for different days of the week. It also includes a section for 'livro do dia' and 'NOVIDADES'. At the bottom, there are two small images of book covers: 'ATÉ AMANHÃ CAMARADAS' and 'CURSO BÁSICO DO COMUNISMO CIENTÍFICO'. The ad concludes with information about the 'CURSO BÁSICO DO COMUNISMO CIENTÍFICO' and a 'FESTA NA AMADORA'.